



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JEFFERSON LACK DA SILVA**

***INCLUSÃO - REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (2005-2011)***  
**E A ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS COM**  
**DEFICIÊNCIA**

**PARANAÍBA**  
**2019**

JEFFERSON LACK DA SILVA

***INCLUSÃO - REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (2005-2011)***  
**E A ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Educação**

**Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Estela Natalina Mantovani Bertoletti**

PARANAÍBA  
2019

S58i Silva, Jefferson Lack da  
Inclusão: Revista da Educação Especial (2005-2011) e a alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência/ Jefferson Lack da Silva. – Paranaíba, MS: UEMS, 2019.  
100p.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2019.  
Orientadora: Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti.  
1. Alfabetização. 2. Inclusão escolar. 3. Ensino de língua portuguesa. I. Título. II. Silva, Jefferson Lack da Silva.

CDD 23. ed. - 371.9

Bibliotecária Susy dos Santos Pereira CRB1º1783

JEFFERSON LACK DA SILVA

***INCLUSÃO - REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (2005-2011)***  
**E A ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS COM**  
**DEFICIÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em ...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Estela Natalina Mantovani Bertolotti (Orientadora)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof. Dr. Giovani Ferreira Bezerra  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Milka Helena Carrilho Slavez  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Aos meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

A minha orientadora Estela Mantovani que sempre esteve pronta para me orientar.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Educação da UEMS.

Aos professores Giovani e Milka por aceitarem contribuir com a pesquisa.

Aos colegas Radams, Alana e Suzana por fazerem dos momentos tensos mais agradáveis.

Ao professor José Antônio pelo primeiro acolhimento e orientação a respeito do ingresso no mestrado.

Aos funcionários da UEMS.

A minha família e amigos de Teresópolis que sempre estiveram comigo.

Aos meus antepassados.

Aos Orixás.

LACK, Jefferson. *Inclusão - Revista da Educação Especial (2005-2011) e a alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência*. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2019.

## RESUMO

Esta pesquisa de Mestrado em Educação foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa “História, Sociedade e Educação”, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB). Com objetivos de contribuir para a produção de uma história da alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência a partir do estudo do impresso *Inclusão: Revista da Educação Especial* – revista publicada entre 2005 e 2011 pela Secretaria de Educação Especial no Ministério da Educação para professores e profissionais da educação –, optou-se pela abordagem histórica da pesquisa em educação, documental e bibliográfica, com procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais relativas tanto à revista quanto à Educação Especial e inclusão escolar, e análise de aspectos da configuração textual da revista *Inclusão*. Dentre os resultados alcançados, pode-se sintetizar que a alfabetização em língua portuguesa é um tema bastante importante para a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, mas que foi pouco mencionado na revista em relação a outros temas. Assim, conclui-se que a alfabetização em língua portuguesa é um fenômeno que ainda precisa ser ampliado nas publicações voltadas a professores que recebem crianças com deficiência em salas comuns de escolarização para, de fato, contribuir com a inclusão dessas pessoas na escola e na sociedade letrada em que vivemos.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Inclusão Escolar. Ensino de Língua Portuguesa.

LACK, Jefferson. *Inclusão - revista da Educação Especial(2005-2011) e a alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência*. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2019.

#### ABSTRACT

This research for the Master in Education was developed together with the Postgraduate Program in Education of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), University Unit of Paranaíba, in the research line "History, Society and Education", linked to the Study Group. and Research in History and Historiography of Brazilian Education (GEPHEB). Objectives of contribution to the production of a history of literacy in Portuguese language of people with disabilities from the printed study Includes: Magazine of Special Education - magazine published between 2005 and 2011 by the Secretariat of Special Education of the Ministry of Education for Teachers and Practitioners. education - opt for the historical approach of research in education, documentary and bibliographic, with procedures for localization, retrieval, gathering, selection and ordering of document sources, including both magazine and special education and school inclusion, and analysis of aspects. of the textual configuration of Inclusão magazine. Among the results achieved, it can be summarized that literacy in Portuguese is a very important theme for the inclusion of people with disabilities in the regular school system, but it was little reported in the journal in relation to other topics. Thus, it is concluded that literacy in Portuguese is a phenomenon that still needs to be expanded in publications aimed at teachers who receive children with alterations in regular school classes, a fact that contributes to the inclusion of people in the school and literate society in which we live.

**Keywords: Literacy. School inclusion. Portuguese Language Teaching.**



## ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – Capas da revista <i>Inclusão</i> .....	12
<b>FIGURA 2</b> – Capa revista <i>Integração</i> .....	37
<b>FIGURA 3</b> – Capa revista <i>Inclusão</i> .....	43
<b>FIGURA 4</b> – Expediente revista <i>Inclusão</i> .....	49
<b>FIGURA 5</b> – Comparativo sumário da revista <i>Inclusão</i> .....	50
<b>FIGURA 6</b> –Seção Colóquio.....	51
<b>FIGURA 7</b> –Seção Resenha.....	52
<b>FIGURA 8</b> –Seção Colóquio.....	58
<b>FIGURA 9</b> –Seção Resenha.....	62
<b>FIGURA 10</b> –Seção Enfoque.....	69
<b>FIGURA 11</b> – Escrita Significativa.....	71
<b>FIGURA 12</b> – Primeira Página Artigo.....	75
<b>GRÁFICO 1</b> – Total de páginas dedicadas a cada seção.....	53

## QUADROS

<b>QUADROS 1</b> -Número total de artigos por categoria temática.....	56
<b>QUADROS2</b> -Número total de resenhas por categoria temática.....	57
<b>QUADROS3</b> -Autor, título e ano das referências do primeiro artigo.....	59
<b>QUADROS 4</b> -Autor, título e ano das referências do segundo artigo.....	63

## QUADROS

<b>QUADRO 1</b> -Números da revista <i>Inclusão</i> .....	17
<b>QUADRO 2</b> -Ano e números das revistas publicadas.....	30
<b>QUADRO 3</b> -Destaques por volume.....	40
<b>QUADRO 4</b> - Número da revista, ano e tiragem.....	45

## **SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CNE - Conselho Nacional de Educação

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NHC - Nova História Cultural

ONU - Organização das Nações Unidas

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESPE – Secretaria de Educação Especial

SENEB – Secretaria Nacional de Educação Básica

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNICAMP - Universidade de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 REVISTA <i>INCLUSÃO</i>: A PRODUÇÃO ESTRATÉGICA DE UM IMPRESSO.....</b>	<b>31</b>
1.1 A revista no movimento discursivo pela inclusão.....	31
1.2 A revista no conjunto de iniciativas da Secretaria de Educação Especial.....	38
1.3 De integração para inclusão: educação inclusiva .....	42
<b>2 NAS PÁGINAS DA REVISTA <i>INCLUSÃO</i>: ENTRE MATERIALIDADE E TEXTUALIDADE.....</b>	<b>48</b>
2.1 Apresentação da revista.....	48
2.1.1 Aspectos gráficos: os protocolos de leitura.....	57
2.2 Circulação e leitores previstos .....	58
2.3 Principais temas nas páginas de <i>Inclusão</i> .....	61
<b>3 ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA E PELA REVISTA <i>INCLUSÃO</i>: SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES.....</b>	<b>63</b>
3.1 A alfabetização nas entrelinhas .....	63
3.2 A alfabetização e o letramento como tema central .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pela alfabetização de pessoas com deficiência<sup>1</sup> surgiu a partir de um trabalho como monitor<sup>2</sup> em sala de aula comum de um aluno com deficiência na rede particular de ensino no município de Paranaíba/MS, que vem sendo desenvolvido desde 2014 até os dias atuais. Durante este processo, cursei Psicologia<sup>3</sup>, o que levou ao questionamento sobre o aprendizado humano e principalmente à aquisição da leitura e da escrita, pois participei do processo de alfabetização desse aluno monitorado.

Também na graduação em Psicologia tive oportunidade de participar durante dois semestres de um projeto sobre dificuldade de aquisição de leitura e escrita baseado na teoria de um psicólogo com formação em Letras, Buhus Frederic Skinner (1904 - 1990). Posteriormente, no trabalho de conclusão de curso<sup>4</sup>, abordei o tema “inclusão”, a partir da reflexão sobre o papel do monitor de pessoas com deficiência matriculadas em salas comuns do município de Paranaíba na esfera municipal, estadual e particular.

A aproximação com o tema em perspectiva histórica surgiu durante uma disciplina cursada como aluno ouvinte no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade Universitária de Paranaíba, no segundo semestre de 2016<sup>5</sup>. Nessa disciplina, entre outros assuntos, foi discutido sobre a diversidade de fontes para pesquisas em história da alfabetização, incluindo impressos, manuscritos e fontes orais. A partir disso, surgiu o interesse pelo estudo do tema história da alfabetização de pessoas com deficiência, lastreado em fontes documentais orais.

---

<sup>1</sup>“Pessoas com deficiência” é a nomenclatura utilizada desde meados da década de 1990 até hoje para se referir às pessoas público-alvo da Educação Especial que apresentam deficiência visual, física, intelectual e déficit de atenção. Neste sentido, este trabalho adota a nomenclatura para se referir a tais pessoas. Entretanto, sempre que utilizar documento de época, será mantida a nomenclatura, para evitar anacronismos.

<sup>2</sup>Segundo Silva (2014), monitor é o profissional que faz a mediação do conteúdo escolar entre o professor de sala de aula regular e o aluno com deficiência. Alguns autores como Souza; Bezerra et. all.(2012) apontam que quando o monitor de alunos com deficiência não promove a mediação e sim a socialização, somente, ocorre uma *inclusão excludente*. Sepulveda (2014) define este tipo de inclusão que não inclui legitimamente como inclusão perversa. Esses autores utilizam a nomenclatura “estagiário” para a pessoa que acompanha o aluno com deficiência, porém, este trabalho utiliza a nomenclatura “monitor” e “professor de apoio” para o profissional, de acordo com o Plano Nacional de Educação (2014) e o Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (2015).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Paranaíba (2011 - 2016).

<sup>4</sup> O Trabalho de Conclusão de Curso foi orientado pela professora Dr<sup>a</sup> Jassonia de Lima Paccini e está disponível na biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Paranaíba, cujo título é *Inclusão escolar: considerações sobre a função do monitor*.

<sup>5</sup> A disciplina foi Tópicos Especiais em História da Educação (Livro, leitura e edições didáticas: história e fundamentos de pesquisa), cursada entre agosto e novembro de 2016 como ouvinte, pois eu ainda não havia concluído a graduação.

No primeiro semestre de 2017, submeti um projeto no processo seletivo para aluno regular do mesmo Programa, no qual buscava abordar o tema, a partir da recuperação da memória de professoras alfabetizadoras que tiveram a oportunidade de alfabetizar crianças com deficiência no município de Paranaíba, e fui aprovado para cursar o mestrado, sob orientação da professora Estela Natalina Mantovani Bertoletti.

Em primeiro levantamento de professoras alfabetizadoras de pessoas com deficiência na rede pública municipal de Paranaíba, pude compreender que a alfabetização de pessoas com deficiência é bem ampla. Dos alunos da rede municipal havia 35 alunos em período de alfabetização que estavam entre o primeiro e o terceiro ano<sup>6</sup>, destes, quatro estavam alfabetizados em língua portuguesa. Outro fator verificado neste primeiro momento foi que o processo de alfabetização dos alunos com algum tipo de deficiência é complexo e realizado em sua maioria por um conjunto de pessoas, sendo elas: a professora regente da sala comum e também o professor de apoio que acompanha os alunos também na sala comum; o professor da sala de recursos multifuncional que deve ser frequentada em horário contrário ao ensino regular; e, em determinados casos, há apoio de psicólogos, do monitor que acompanha o aluno em sala de aula e também de psicopedagogos clínicos.<sup>7</sup>

Devido à constatação da amplitude da alfabetização da pessoa com deficiência e da dificuldade em encontrar e reunir a rede de alfabetizadores para produção de fontes orais, em sessão de orientação, surgiu a possibilidade de trabalhar com outros tipos de fontes. Outro fator que contribuiu para reformulação do projeto foram as discussões sobre a alfabetização em língua portuguesa, cultura escolar e pesquisa histórica realizadas nas disciplinas cursadas no mestrado: “Concepções de Alfabetização: teoria, prática e formação de professores alfabetizadores”; “Cultura Escolar e Consciência Histórica: temas e procedimentos”; “Desenvolvimento Humano sob o Enfoque Histórico-Cultural e a Especificidade da Educação Escolar”; “Seminários de Pesquisa em História, Sociedade e Educação e Pesquisa em Educação”. No decorrer das disciplinas, novos questionamentos surgiram e com isso novas possibilidades de direcionamento do tema.

Para ampliar o contato com a temática, foram realizadas quatro reuniões com a técnica da Educação Especial no âmbito municipal e também com a técnica de Educação Especial da

---

<sup>6</sup>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define como período de alfabetização até o segundo ano de escolarização, porém no caso específico foram localizadas crianças com deficiência sendo alfabetizadas em anos escolares posteriores a esse período.

<sup>7</sup>Embora reconheça que a responsabilidade pela alfabetização seja da professora regente, notei que o trabalho desses outros profissionais é crucial para o alcance de resultados positivos no processo.

rede estadual local, em Paranaíba. O objetivo das reuniões foi o levantamento de outras possíveis fontes relacionadas à alfabetização de crianças com deficiência.

Após uma exaustiva busca, foram localizados nove cadernos de três alunos distintos, sendo dois de uma escola pública municipal e outro de uma escola particular que foram alfabetizados em língua portuguesa. Para localizar os cadernos, a técnica da Educação Especial entrou em contato por telefone e marcou um encontro pessoalmente com todas as mães de alunos com deficiência alfabetizados em língua portuguesa.

Após a localização das fontes foi construído um novo projeto tendo como objeto os cadernos dos alunos. A diversidade dos cadernos em relação às disciplinas encontradas foi bem ampla, uma vez que foram localizados cadernos de Língua Portuguesa, Redação, Atividades diárias e Inglês de diferentes anos da fase escolar, entre 1º ano e 5º ano. Mais uma vez, constatei que a alfabetização de crianças com deficiência é bem mais ampliada em relação ao tempo de alfabetização do que determina a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Este novo projeto foi apresentado na disciplina de “Seminários de Pesquisa em História, Sociedade e Educação” e foram apontados alguns possíveis pontos frágeis nas fontes selecionadas. Também foi discutido amplamente o projeto nas reuniões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB). Pensando nas possíveis fragilidades do projeto, aliado ao antigo interesse pelo estudo do impresso despertado na primeira disciplina cursada no Programa como ouvinte, foi realizada uma nova busca a fim de encontrar outras possíveis fontes para o estudo da história da alfabetização de pessoas com deficiência. Logo, localizei uma revista sobre inclusão publicada pelo Ministério da Educação - *Inclusão: Revista da Educação Especial*<sup>8</sup> - e, com isso, decidi, em diálogo com a orientadora, pelo estudo, no que diz respeito à alfabetização de pessoas com deficiência, a partir de um impresso institucional como fonte.

Como se nota, o processo de decisão do tema foi bem difícil, foi construído desde a graduação a partir do primeiro contato com a dificuldade de aprendizagem relacionado à leitura e escrita. Posteriormente, a partir do contato com o impresso como fonte durante a disciplina como aluno especial e o contato com as teorias sobre alfabetização já como aluno regular no Programa de Pós-Graduação. A partir da experiência com estes diferentes objetos

---

<sup>8</sup> A escolha por esta revista deu-se após consulta ao Qualis-Periódicos (2010-2012) da Plataforma Sucupira com a palavra “Inclusão”, na área de Educação, que indicou cinco títulos de revistas, entretanto somente *Inclusão: revista da Educação Especial* era publicação institucional brasileira e no campo da Educação Especial. No Qualis-Periódicos (2013-2016) nenhuma revista atendeu a esta delimitação.



de estudo (dificuldade de aprendizagem, pesquisa histórica, alfabetização) foi definido o tema do trabalho: "alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência, em perspectiva histórica, a partir do impresso periódico *Inclusão: Revista da Educação Especial*, como fonte e objeto de estudo”.

Trata-se de revista publicada pela Secretaria de Educação Especial <sup>9</sup>(SEESP) do Ministério da Educação, no período de 2005 a 2011, tanto na forma impressa quanto *online* com o total de nove edições. Essa revista, segundo Deliberato (2005, p. 1), foi "[...] criada em atenção ao movimento mundial de inclusão, que enfatiza a necessidade de alcançarmos uma educação para todos (as), centrada no respeito e valorização das diferenças [...]".

FIGURA 1. Capas da revista *Inclusão*



Fonte: Mohr, 2014

<sup>9</sup>A Secretaria de Educação Especial teve início em 1992 e foi extinta em 2011. No capítulo 2, desta dissertação, trago mais detalhes sobre esse órgão.

Assim, parti do pressuposto de que a revista marca momento importante do movimento brasileiro pela inclusão, de um ponto de vista institucional, e seu estudo não somente contribui para compreensão desse momento, como também preenche lacunas na pesquisa histórica em educação, especialmente na História da Educação Especial, lastreada na imprensa periódica, cujos trabalhos acadêmicos são raros. (BEZERRA, 2017).

Em que pesem, porém, o amplo número de investigações que tomam a imprensa periódica como tema de estudo no âmbito da História da Educação, [...] são escassas as investigações que relacionam a imprensa periódica, a excepcionalidade e/ou a atuação das instituições ou associações filantrópicas que, historicamente, encamparam, em nosso país, a educação e o atendimento especializado desse público. (BEZERRA, 2017, p. 16).

Assim, esse ainda é um lugar de produção a ser construído, haja vista sua relevância para a escrita e preservação da história e memória da Educação Especial. Nesse sentido, se temos estudado até aqui revistas e jornais para entender, sobretudo, a constituição histórica do ensino comum, também precisamos direcionar esforços para, mais especificamente, abordar os meandros históricos da educação dos indivíduos tachados como excepcionais, os quais foram/são silenciados, esquecidos e estigmatizados no decorrer do tempo. As revistas, boletins e jornais produzidos pelas instituições especializadas no atendimento a esse público, suas associações e federações podem se constituir, sob tratamento historiográfico, em importantes objetos e/ou fontes documentais para o entendimento das práticas, representações e perspectivas encampadas, de modo particular, pela Educação Especial em nosso país. (BEZERRA, 2017, p. 17).

Além da relevância “[...] para a escrita e preservação da história e memória da Educação Especial.”, tal abordagem contribui para “[...] compreender mais a própria tessitura histórica da educação comum.” (BEZERRA, 2017, p. 17).

Como se nota, a produção de trabalhos históricos em educação sobre a história de pessoas com deficiência que utilizem como fonte o impresso ainda precisa ser ampliada. É preciso que a “história seja contada por baixo” a partir dos menos favorecidos utilizando-se das fontes impressas disponíveis.

Para localizar os números da revista, busquei inicialmente, os que estavam disponíveis *online*. No *site* do Ministério da Educação<sup>10</sup> há uma seção com as Publicações Oficiais<sup>11</sup>, nesta, há dentre várias publicações organizadas por categorias, as publicações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>12</sup>. Nesta seção, tive acesso a seis números da revista : nº1 de out/2005, nº 2 de jul/2006, nº 3 de dez/2006, nº 4 de jun/2007, nº 1 de jan/jul 2008 e nº 2 de jun/out 2008; *a priori*, portanto, foram recuperados

<sup>10</sup><http://portal.mec.gov.br/>

<sup>11</sup>[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12814&Itemid=872](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872)

<sup>12</sup> A SECADI passou a funcionar a partir da Extinção da Secretaria de Educação Especial(SEESP) em 2011.

esses seis números no *site* oficial. Ao realizar um levantamento bibliográfico, foram localizados no *site* do Ministério Público do Paraná<sup>13</sup> outros três números da revista: nº 1 de jan/jul 2010, nº 2 de jul/dez de 2010 e nº 1 de jan/jun 2011. Todos os números localizados foram impressos por mim para facilitar o manuseio e a leitura intensiva<sup>14</sup> dos números. Na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro/RJ tive acesso a uma edição impressa da revista, a de nº 4 de jun/2007. Essa, não pude digitalizar ou tirar fotos, somente passei à leitura e ao fichamento e pude verificar que se trata da mesma revista que está disponível no sítio do Ministério da Educação. Nesse primeiro contato, notei que os fascículos possuem seções, divididas em sete: Entrevista, Destaque, Enfoque, Resenha, Informe e Opinião. Notei também que na chamada da primeira edição de outubro de 2005 apresenta-se o objetivo de ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos dentre os diversos profissionais que trabalham com inclusão (BRASIL, 2005). Em decorrência disso, optei por considerar na análise todos os números, de modo a checar a permanência ou não desses aspectos tanto da camada mais aparente (temas e conteúdos; estrutura e forma) quanto da estrutura profunda de seu texto (autoria, interlocutores, motivos, finalidades, lugar social e contexto histórico)<sup>15</sup>. Assim, organizei os números no Quadro 1 que segue:

QUADRO 1: Números de *Inclusão: Revista da Educação Especial* (2005-2011).

Ano	Número	Volume	Mês/ano
01	1	-	Out/2005
02	2	-	Jul/2006
02	3	-	Dez/2006
03	4	-	Jun/2007
-	1	04	Jan/Jul 2008
-	2	04	Jul/Out 2008
-	1	05	Jan/Jul2010
-	2	05	Jul/Dez 2010
-	1	06	Jan/Jun 2011

Elaborado pelo autor

É importante destacar que o movimento pela inclusão iniciou-se principalmente com o Movimento Mundial pela Inclusão de 1990 e a Declaração de Salamanca de 1994 e tornou-se mais contundente no Brasil a partir da promulgação da *Política Nacional de Educação*

<sup>13</sup><http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1974.html>

<sup>14</sup>Por leitura intensiva entendo, como Chartier (1998), o tipo de leitura exaustiva e repetitiva, que o leitor "vai e volta" no texto várias vezes.

<sup>15</sup> Remetendo a Mortatti (1999).

*Especial na perspectiva da educação inclusiva*, de 2008, ou seja, o período de circulação da revista coincide com a hegemonia desse fenômeno<sup>16</sup>.

Interessante é notar que antes da publicação de *Inclusão: Revista da Educação Especial*, o periódico que circulava sob os auspícios do Ministério da Educação, de 1992 a 2002, era denominado *Integração* (OLIVEIRA, 2009). A *Política Nacional de Educação Especial*, de 1994, orientava o processo de integração que consiste na mudança e adaptação do indivíduo para a sociedade àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 1994, p.19).

Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política de 1994 não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial. (BRASIL, 2008, p. 3)

Já a *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*, de 2008, lastreada no conceito de inclusão, recomenda a mudança da sociedade e do ambiente para que o indivíduo seja incluído (DENS, 1998).

Em virtude da definição do tema, para avaliação dos conhecimentos produzidos por pesquisas que relacionam a história da educação, a inclusão e o estudo de revistas, foi realizada ampla busca em bancos de teses e dissertações, revistas acadêmicas e anais de eventos, a fim de localizar trabalhos que versam sobre a inclusão e o processo de alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência, estudados em revistas especializadas. Para tanto, foram utilizadas palavras-chave como: "inclusão", "deficiência", "revistas", "pessoas com deficiência", "inclusão escolar", "Educação Especial" e "alfabetização", associadas de diferentes formas.

Após análise de títulos, optei por selecionar apenas trabalhos que abordam a mesma revista: Deliberato (2005), Oliveira (2009) e Morh (2014).

Deliberato (2005) publicou uma resenha no portal da Universidade do Estado de São Paulo denominado Repositório UNESP. A autora é professora do Departamento de Educação Especial da Unesp - Marília, Débora Deliberato. O título da resenha é "*Revista inclusão: Muito bem vinda!*" e foi publicada na *Revista Brasileira de Educação Especial* de Marília, em 2005. A resenha ocupa uma página da revista e é dividida em dois parágrafos e uma citação direta. O primeiro discorre que a área da educação recebe com enorme prazer uma importante

---

<sup>16</sup>Aspectos desse movimento serão mais explorados no capítulo 1 desta dissertação.

revista sobre a inclusão e é veiculada em duas versões: impressa e online. No segundo parágrafo, Deliberato (2005) apresenta que: "A revista é constituída por entrevistas, artigos, resenhas, informes e opiniões. O primeiro número, datado em outubro, já está chegando às mãos de diversos professores e pesquisadores da área e destaca a educação inclusiva (p. 01)". A autora encerra o trabalho com uma citação direta da chamada editorial do primeiro número de 2005 que apresenta a os objetivos e as finalidades da Revista *Inclusão*.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Centro Universitário de Brasília realizado por Masiara Cristina Oliveira (2009) com o título: *Inclusão - Revista da Educação Especial: um instrumento de comunicação pública e de defesa dos direitos humanos* teve como objeto de estudo a revista *Inclusão*. O foco do TCC foi a análise da comunicação da revista a partir dos seus discursos em relação à inclusão e ao cumprimento dos direitos humanos. Os resultados da pesquisa apontam que a revista manteve compromisso com a defesa da inclusão educacional, contextualizada e fundamentada, a partir dos referenciais éticos e de uma concepção atual dos direitos humanos.

A dissertação de mestrado da Alana Cláudia Mohr (2018) com o título *A inclusão escolar nos discursos veiculados pela Educação Especial: estratégia discursiva de subjetivação docente* teve como objetivo a análise de discurso a partir da abordagem foucaultiana a respeito do conceito de inclusão nas revistas *Inclusão* e *Integração*. Os resultados apontam que o atual paradigma de educação inclusiva operacionaliza o comportamento do professor para que ele constantemente invista em si para atender à ordem da inclusão escolar.

Em análise desses trabalhos, é possível afirmar que Deliberato (2005) e Oliveira (2009) destacam o teor da revista *Inclusão* como uma questão de direitos humanos e Mohr (2015) destaca a análise de discursos sobre a inclusão presentes na revista. Como se nota, em todos eles, apenas o conteúdo da revista foi considerado. Nesta dissertação, em acréscimo, busquei abordar a revista a partir da perspectiva histórica em educação, qual seja, de compreender o artefato cultural "revista" em seu texto, como objeto material e, nela, compreender sua função não somente em relação ao mote da inclusão, presente em seu título, como também, em relação à alfabetização, haja vista que este é um conceito/uma prática estreitamente ligada à escolarização de crianças. Trata-se então de um trabalho dentro do campo da história da alfabetização de pessoas com deficiência que relaciona a almejada inclusão escolar à tarefa histórica da escola de alfabetizar – e bem – crianças com ou sem deficiência.

Considerando a especificidade do tema proposto, optei por conceituar “Educação Especial” e “alfabetização”, conforme segue: o Decreto nº 3.298 de 1989, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. O documento enfatiza a atuação complementar da Educação Especial ao ensino (BRASIL, 2007). Neste sentido, sendo uma modalidade de ensino transversal, a Educação Especial perpassa todos os níveis, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino superior.

De modo particular, foi a partir da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que se instituíram *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Nela, configurou-se a normatização e a organização dos sistemas de ensino, em todas suas etapas e modalidades, para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais.

A partir desta Resolução, o atendimento escolar aos alunos público-alvo da Educação Especial passou a ser considerado desde a Educação Infantil, que se realiza, em creches e pré-escola, sendo lhes garantidos os serviços de Educação Especial sempre que se evidencie necessidade de atendimento educacional especializado, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade.

Quanto ao conceito de alfabetização, de acordo com Soares (2001):

[...] a partir de meados dos anos 1980, quando as crescentes demandas sociais de leitura e escrita em sociedades grafocêntricas, como são quase todas as sociedades modernas, evidenciaram a insuficiência de apenas “saber ler e escrever” e, em decorrência, a necessidade de que se ampliasse o conceito de alfabetização, para incluir nele o saber fazer uso competente da leitura e da escrita nas situações sociais em que a língua escrita esteja presente. Entretanto, logo se reconheceu que essas duas competências – de um lado, saber ler e escrever, de outro lado, saber responder adequadamente às demandas sociais de uso da leitura e da escrita – envolviam processos linguísticos e cognitivos bastante diferentes; como consequência, passou-se a designar por uma outra palavra, letramento, o desenvolvimento de habilidades de uso social da leitura e da escrita, e a designar com a palavra alfabetização especificamente a aprendizagem de um sistema que converte a fala em representação gráfica, transformando a língua sonora – do falar e do ouvir – em língua visível – do escrever e do ler: a aprendizagem do sistema alfabético. Assim, a alfabetização, atualmente, é entendida como a aprendizagem de um sistema de representação da cadeia sonora da fala pela forma gráfica da escrita – o sistema alfabético – e das normas que regem seu emprego (SOARES, 2019, p. 01).

Entretanto, o conceito de alfabetização não consiste somente na aquisição do código da leitura e escrita, consiste, sobretudo, no uso social. “[...] a alfabetização deve integrar-se com o desenvolvimento das habilidades de uso do sistema alfabético – com o letramento” (SOARES, 2019, p. 01).

Por outro lado, na alfabetização de pessoas com cegueira e surdas o contato com a língua escrita e falada é limitado. Neste sentido, a alfabetização quando relacionada à pessoa com deficiência é amplificada, como fora verificado na definição de tema desta pesquisa, devido à amplitude da rede de profissionais que participam da alfabetização de pessoas com deficiência. Para a pessoa cega existe a aquisição do Braile, que é um sistema de leitura e escrita por meio do tato, portanto, não há alfabetização em Braile (GONÇALVES; FERREIRA, 2010). Em relação à pessoa surda há a alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e alfabetização em língua portuguesa escrita como segunda língua (BRASIL, 2008). A alfabetização em língua portuguesa dedicada a pessoas com deficiência é uma prática que pode alcançar o sucesso e, independentemente da deficiência, o ensino da leitura e escrita é algo possível no campo da inclusão (GLAT, 2005).

Sobre a importância da alfabetização, Mortatti (2006, 2008, 2010) esclarece que foi a partir das últimas décadas do século XIX que a leitura e a escrita tornaram-se objeto de ensino e aprendizagem e mensuradores do desenvolvimento social do país, ou seja, a alfabetização passou a ser um índice de medida da educação escolar no Brasil. Neste âmbito, diferentes iniciativas<sup>17</sup> foram tomadas a fim de promover a alfabetização com diversos objetivos. Atualmente, nota-se que o interesse pelo sucesso na alfabetização está relacionado ao cumprimento de metas, sobretudo as internacionais como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país, calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e, considerados, entre outros aspectos, o índice de alfabetização e a taxa de matrículas nas escolas como critérios para definir qualitativamente o desenvolvimento humano e escolar de um país (BRASIL, 2008).

Em decorrência disso, o conceito de alfabetização abordado neste trabalho considera que esta está intimamente relacionada ao letramento. Neste sentido, será verificado como a revista aborda a alfabetização em língua portuguesa e conseqüentemente o letramento de pessoas com deficiência. Tal verificação é fundamental visto que a alfabetização é considerada como uma das variáveis de verificação do IDH de um país pela ONU, como

---

<sup>17</sup> Dentre as iniciativas, destaco, ao longo do tempo: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, Governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, Governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, Governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (1968-1978, Governos da Ditadura Militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos-Educar (1985, Governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-Pnac (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco); o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso); Plano de Desenvolvimento da Educação (2007, Governo Luiz Inácio Lula da Silva); Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2013, Governo Dilma Rouseff).

destacado. Neste sentido, entender a abordagem da alfabetização de pessoas com deficiência em uma revista do Ministério da Educação é relevante para compreensão do tratamento e da importância da inclusão escolar das pessoas com deficiência no que diz respeito à aprendizagem escolar e social destes alunos.

Sendo assim, este trabalho se propõe a compreender a Educação Especial a partir da perspectiva da Nova História Cultural (NHC), a qual considera que a história não está mais restrita à política ou aos atos da elite, mas, sobretudo, de acordo com Galvão & Lopes (2010, p. 7), "[...] valorizam-se cada vez mais os sujeitos 'esquecidos' da história, como as crianças, as mulheres, os negros, os índios e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da história". Burke (2005) considera a NHC como uma nova abordagem que busca contar a história vinda de baixo, ou seja, a partir do lugar dos mais comuns e menos favorecidos e não aquela história contada somente a partir da elite e dos personagens heroicos.

A partir do Movimento dos *Annales*<sup>18</sup> e todo questionamento que surgiu a respeito da História Política e de suas transformações, novos objetos passaram a ser considerados pelos historiadores, entre eles, o uso do impresso como fonte (CALONGA, 2012).

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Ao afirmar as representações sociais dessa maneira, Chartier (1990) elabora a ideia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico particular, a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e

---

<sup>18</sup> A Escola dos *Annales* foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França do final da década de 1920, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista *Anais de História Econômica e Social*.



vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social. Ao mesmo tempo, tal conceito é capaz também de possuir as condições de demonstrar que a exteriorização da internalização simbólica de tais lutas são capazes de comandar atos e dessa forma possuir importância como algo decisivo dentro das estruturas de relações objetivas de um campo social histórico, tanto quanto os afrontamentos que são efetivamente materializados entre os grupos.

A utilização da imprensa como fonte para pesquisa histórica é veículo para a reconstrução do passado, pois é testemunha da história a partir do registro e da veiculação da história (LUCCA, 2014). A respeito do uso de revista, Martins (2003, p. 60) apresenta que:

[...] o impresso revista não se apresenta de forma inédita como fonte histórica, uma vez que desde o século XIX os periódicos já eram considerados documentos pertinentes para o rastreamento do passado, ainda que com restrições. Todavia, as imensas possibilidades de análise decorrentes da Nova História potencializaram o gênero “revista” como fonte, ou melhor, esta modalidade de publicação periódica evidenciou-se como suporte rico e diversificado de documentos, síntese privilegiada de instantâneos reveladores de processos históricos, representação material de práticas de consumo, usos e costumes.

A autora apresenta que o uso de revistas como fonte não é algo inédito na história e é diversificado, pois uma mesma revista apresenta diferentes tipos de textos como, por exemplo, texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos (MARTINS, 2003).

Nóvoa (2002) apresenta em seus estudos que por meio de uma análise mais profunda dos impressos é possível compreender o processo educacional em seus múltiplos aspectos.

De facto, a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e jovens. A imprensa constitui uma das melhores ilustrações de extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo (NÓVOA, 2002, p.13).

Para o autor, o impresso passa ser privilegiado à medida que se torna um instrumento para propagação de conhecimento. A utilização de fonte impressa na história da educação a partir de uma visão ampliada do uso das fontes, propiciou, segundo Le Goff (2003), um “ato que fez nascer a nova história” (LE GOFF, 2003, p.129).

De acordo com Buitoni (1990), considera-se revista a publicação que apresenta uma variedade de conteúdos, diferentemente do jornal, sendo um tipo de impresso que apresenta textos de opiniões com ideias polêmicas de teor político para divulgação imediata. Para

Martins (2001), os jornais e as revistas são impressos que se aproximam, porém, são distintos. A revista possui um papel de ampliação do público leitor a partir, sobretudo, da variedade de informações e, ainda, de uma periodicidade, em geral, maior.

Burke (1992) chama atenção para a ampliação dos tipos de impressos e das fontes utilizadas na pesquisa histórica. Entre os anos de 1950 e 1970, somente os documentos oficiais eram considerados pelos pesquisados como válidos; a partir do avanço da NHC no século XX, a história é contada por meio de tudo aquilo que foi produzido e registrado pelo homem (BARROS, 2011).

Sobre a utilização de impressos como fonte documental, vale ressaltar a advertência de Le Goff (1994, p. 548):

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

O impresso não deve ser considerado como verdade, mas sim como aquilo que carrega a representação do real. Neste sentido, ao ler o texto de uma revista, por exemplo, deve-se considerar a subjetividade de quem produz o texto, da equipe editorial, do lugar de fala, do objetivo do texto, do momento histórico, para quem o texto se direciona e tudo aquilo que compõe a produção desse texto, enfim, considerar esse documento como um “monumento”.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990 p. 345).

Desde modo, uma revista também é um documento que nos permite ter acesso à memória coletiva. Para Certeau (2006), a pesquisa historiográfica se apresenta como um lugar de produção de diversas variáveis, que podem ser: econômicas, políticas, culturais, regras de grupo, interesses e problemáticas. O historiador não é produtor de verdades, mas sim de atribuir sentidos a realidades, a fim de compreendê-las a partir do seu ponto de vista.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1994).

Deste modo, percorri o caminho de definição do tema a partir do meu lugar social tendo como premissa, de acordo com Certeau (1994), que a pesquisa histórica está atrelada a minha história de vida, às fontes a que tive ou não acesso e aos autores nos quais embasei a pesquisa.

A partir das discussões de Certeau (1994), a respeito do conceito de estratégia, busquei verificar como a revista *Inclusão* materializa-se como uma revista institucional oficial com finalidade de divulgar e ampliar os saberes a respeito das políticas de inclusão que estavam sendo reformuladas a partir do abandono da noção de integração pela de inclusão.

Logo, a opção metodológica pela abordagem histórica da pesquisa em educação consiste na abordagem no tempo do fenômeno educativo em suas diferentes facetas. Para tanto, demanda a recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais, como mediadoras na produção do objeto de investigação (MORTATTI, 1999). Neste trabalho, *Inclusão*: revista da Educação Especial é considerada como fonte e objeto de estudo.

Por isso, para a análise, optou-se pelo método da configuração textual, o qual compreende o texto a partir de suas multideterminações construtivas, ou seja:

[...] às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão (MORTATTI, 1999, pg. 26. ).

Com isso, busca-se compreender o que a revista apresenta sobre a alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência pela fonte documental que é, assim como, a partir do método da configuração textual proposto por Mortatti (1999), como objeto de estudo, analisam-se os “protocolos de leitura” (CHARTIER, 2002) construídos por autores e editores na produção material e textual da revista, e no entrecruzamento das necessidades e

propósitos de uma época em torno das iniciativas oficiais para disseminação do conceito de inclusão escolar de pessoas com deficiência, como uma das iniciativas federais, entre tantas outras.

Para Chartier (2002), os autores escrevem seus textos, estes, na medida em que são publicados por editores, tornam-se livros. Sendo assim, apesar de relacionados, o texto e o livro são objetos distintos que se complementam em protocolos de leitura dados a ver. O leitor deve ser considerado dentro do seu contexto, pois cada pessoa ocupa um lugar, uma época e um ambiente distintos. Os leitores se aproximam de acordo com seus interesses, independentemente de classe social e o sentido que este leitor dará ao texto será a leitura dos protocolos de leitura, portanto leitura é a relação estabelecida entre o leitor (dentro do seu contexto) e o livro (texto publicado por editores).

Segundo Chartier (2002, p. 116), as práticas atuais de edição "[...] muitas vezes se contentam em pôr na Web os textos brutos que não foram nem pensados, em relação à nova forma de suas transmissões, nem submetidos a nenhum trabalho de correção ou de edição". Penso que seja o caso mais visualizável do jornalismo, por exemplo, que vem se esforçando para criar produtos que melhor se apropriem de novas possibilidades de escrita e de leitura.

[...] a longa história da leitura mostra com firmeza que as mutações na ordem das práticas são geralmente mais lentas do que as revoluções das técnicas e sempre em defasagem em relação a elas. Da invenção da imprensa não decorreram imediatamente novas maneiras de ler. Do mesmo modo, as categorias intelectuais que associamos ao mundo dos textos perdurarão diante das novas formas do livro (CHARTIER, 2002,p. 116).

Impostas estas relações, e devido à complexidade destas, há a necessidade de um protocolo de leitura, que tem por finalidade a garantia mínima de que os objetivos do autor e editor tenham relação com a leitura, ou seja, com o sentido que o leitor imprime ao objeto de leitura. O protocolo de leitura está, portanto, em toda materialidade do livro: capa, quarta capa, sumário, introdução, formatação, tamanho, entre outros aspectos relativos aos temas e conteúdos e à estrutura e forma.

À luz disso, justifica-se a relevância da investigação da alfabetização de pessoas com deficiência na revista em estudo, na medida em que ela pode ser considerada um artefato cultural para superação da noção de integração pela noção da inclusão, advinda de um autor institucional específico – a Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação -, dirigida a um público específico – professores e profissionais ligados à educação escolar, no qual a escola deve-se adequar para atender às necessidades dos alunos. Sendo assim, a partir

da CNE/CEB nº 2/2001, que institui *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica* e garante a matrícula dos alunos com deficiência na escola, institui-se um movimento de adaptação do ensino para alunos com algum tipo de deficiência; nesse ínterim, questiona-se: em relação ao aprendizado da língua portuguesa, visto que, de acordo com o Decreto nº 3.298 de 1999, a inclusão perpassa todos os níveis da educação, inclusive o período de alfabetização: o que se discute sobre alfabetização de pessoas com deficiência neste novo modelo educacional inclusivo?

Com isso, buscou-se neste trabalho compreender a revista a partir da seguinte problematização: quais as representações adotadas ou divulgadas por *Inclusão: Revista da Educação Especial* quanto à alfabetização de pessoas com deficiência?

Para tanto, foram eleitas as seguintes questões:

- Quais as relações estabelecidas pela revista no cenário da inclusão escolar de pessoas com deficiência adotado pela Secretaria de Educação Especial?

- Quais os aspectos materiais e textuais protocolados pela revista no que diz respeito à trama discursiva sobre inclusão e alfabetização?

- Qual modelo de alfabetização é proposto pela revista e qual sua parcela de importância no cenário protagonizado pela revista no que diz respeito à inclusão?

A partir dessas considerações, este trabalho tem como objetivo geral:

- Contribuir para a produção de uma história da alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência a partir do estudo do impresso *Inclusão: Revista da Educação Especial*.

E como objetivos específicos:

- Compreender a revista na trama discursiva sobre inclusão escolar;

- analisar as seções da revista que tratam da alfabetização de pessoas com deficiência em língua portuguesa, de modo a compreender os “protocolos de leitura” materializados e textualizados;

- conhecer quais sentidos e representações sobre alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência são construídos pela revista;

- contribuir para pesquisas correlatas direta e indiretamente relacionadas ao tema.

Para cumprir os objetivos, o trabalho está organizado em três capítulos após esta introdução. O primeiro capítulo objetiva apresentar a constituição do conceito de inclusão de pessoas com deficiência, a partir da vida editorial da revista, ou seja, em qual contexto de produção inclusão e *Inclusão: revista da Educação Especial* interligam-se, destacando esta última como uma das iniciativas oficiais, dentre tantas outras, para materialização daquela, ou

seja, qual diálogo ela estabelece com as políticas públicas relacionadas à Educação Especial, e qual interesse na divulgação de uma revista sobre inclusão.

O segundo capítulo tem como objetivo descrever a materialidade da revista no que diz respeito aos temas abordados nas seções, autores e público. Também foram abordados alguns aspectos sobre a materialidade e circulação da revista que estão atreladas às estratégias de divulgação e circulação da revista, nos protocolos legitimados.

Por fim, o terceiro capítulo analisa quais sentidos e representações, a partir da ótica da alfabetização das pessoas com deficiência, estão materializados na revista, como a alfabetização é abordada e a partir de quais teóricos. Na sequência, apresento Considerações Finais, Referências e Fontes Documentais.

## 1 REVISTA *INCLUSÃO*: A PRODUÇÃO ESTRATÉGICA DE UM IMPRESSO

Neste capítulo, tenho por objetivo abordar a revista *Inclusão* dentro do movimento brasileiro pela inclusão escolar de pessoas com deficiência, cujo mote está estreitamente relacionado às opções relativas ao momento histórico, suas necessidades e propósitos, como produção estratégica de um “autor institucional”, como a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Para tanto, abordo-a no conjunto das manifestações discursivas do movimento pela inclusão educacional e escolar, de modo a compreendê-la como uma das iniciativas da SEE para validar e sedimentar a orientação político-ideológica em torno da chamada Educação Inclusiva, “inventada”, com a promulgação do documento *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Para melhor entendimento desse movimento discursivo e político, entretanto, recorro a um período anterior a esse documento, quando prevalecia o conceito de integração e o próprio MEC tinha publicado a revista *Integração* – versão anterior à publicação de *Inclusão*.

### 1.1 A revista e a construção das manifestações discursivas sobre inclusão

Para Chartier (1990, p. 184), “[...] nem as ideias, nem as interpretações são desencarnadas [...]”, ou seja, para construir-se uma interpretação tem que se compreender que essa está estreitamente vinculada ao suporte que medeia a leitura, neste caso, uma revista de um órgão específico e definido como responsável pela Educação Especial, a Secretaria de Educação Especial, vinculada ao Ministério da Educação, sendo direcionada a professores e a profissionais da educação, com publicação e circulação na primeira década do século XXI.

Como o próprio título e subtítulo indicam, *Inclusão: Revista da Educação Especial* foi produzida como revista da modalidade da Educação Especial, fundada sobre os auspícios do fenômeno da inclusão.

A revista teve publicações ininterruptas de 2005 a 2011, de acordo com dados organizados no Quadro 2.

QUADRO 2: Vida editorial de *Inclusão*

<b>Ano de publicação</b>	<b>Números/volumes publicados</b>	<b>Total por ano</b>
2005	01	01
2006	02 e 03	02
2007	04	01
2008	01, 02	02
2009	01	01
2010	01	01
2011	01	01
Total	-	09

Elaborado pelo autor

Conforme Quadro 2, de 2005 até 2007 foram publicados quatro números da revista, sendo um em 2005, dois em 2006 e um em 2007, ou seja, uma média de uma por ano. Em 2008, foi promulgada pelo governo federal a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva*, e nesse ano, foram lançados dois números da revista, os quais focavam nos principais pontos da nova política. Posteriormente, foram lançados até 2011 mais três números, sendo um por ano, em 2009, 2010 e 2011. Logo, embora tenha sido uma publicação ininterrupta durante os anos de sua existência, como se destacou, a periodicidade da revista *Inclusão* acompanhou o movimento mais amplo do movimento pela inclusão escolar e não um projeto editorial específico de circulação intrínseco às revistas em geral, voltadas a um público específico.

É possível inferir que ela estava atrelada principalmente às ações, ou seja, às políticas públicas em relação ao movimento pela inclusão. Neste sentido, pode-se considerar a própria revista como uma iniciativa no âmbito dessas políticas, como manifestação discursiva, que tem como objetivo disseminar as leis e ações relacionadas à pessoa com deficiência, assim como é apresentado no editorial da primeira edição por Dutra (2005, p.1):

A Revista *Inclusão* tem como objetivo ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos, estimular o intercâmbio de experiências entre os diversos profissionais que atuam no processo de inclusão educacional e atendimento às necessidades educacionais especiais.

Logo, um dos principais objetivos da revista era o de disseminar conhecimentos



técnicos e científicos, visto que isso é mencionado pela secretária de educação na primeira edição da revista. Ademais, quando se observa o número de publicações, no ano de lançamento da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva* o número de edições da revista é maior em relação aos outros anos, só se assemelhando a 2006 quando foram publicados dois números.

Na história da educação brasileira, sobretudo, da Educação Especial, há uma série de leis, normas e decretos, que formalizaram políticas públicas de inclusão e Educação Especial, regulamentando e tornando “tradição” a ideia de inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas atribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que considerava o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 1961).

A Constituição Federal de 1988, no art. 208, inciso III, assegura o “atendimento educacional especializado” (AEE) aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Sendo assim, pode-se observar que já na Constituição Federal (1988, p. 56) indicava-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos “portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Posteriormente diretrizes mais específicas foram organizadas a fim de melhor caracterizar o atendimento especializado). A Constituição de 1988 contribuiu para o processo de redemocratização do país, assinalando as obrigações do Estado, e propondo novas formas de governo, bem como garantindo a universalização do ensino obrigatório.

No ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (8.069/1990) passou a considerar que toda “[...] criança e adolescente portadores de deficiências receberão atendimento especializado [...]”. Esse documento apresenta diversas outras especificações sobre o atendimento especializado às crianças com deficiência e pela primeira vez a criança e o adolescente são considerados pessoas de direito (ECA, 1990).

O ano de 1993 é considerado pela Secretaria de Educação Especial como marco da retomada da Educação Especial, pela Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990. No ano seguinte, ocorreu a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade”, realizada em Salamanca, pela UNESCO, na qual se reafirmava o compromisso de educação para todos. Essa Declaração enuncia, em suas proposições, direitos e deveres de todos, especialmente das pessoas com deficiência.

Em 1994, no Brasil, tem-se a estruturação da Política Nacional de Educação Especial:

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. (BRASIL, 2011, p. 01).

Após dois anos, ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394/1996. Nela, a Educação Especial está definida como modalidade de ensino destinada aos educandos com necessidades especiais, iniciando desde a Educação Infantil. Vale ressaltar que estes postulados da LDB/96 assumem caráter de lei regulamentar no início dos anos 2000 com a Resolução CNE/CEB 2/2001 (BRASIL, 1996).

Em 1999, o Decreto nº 3.298 de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definiu a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. O documento enfatiza a atuação complementar da Educação Especial ao ensino (BRASIL, 1999).

De modo particular, foi a partir do documento “Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica”, que se configurou a normatização e a organização dos sistemas de ensino, em todas suas etapas e modalidades, para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. Esta Resolução representa um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco na atenção à diversidade e à inclusão na educação brasileira, ao ratificar a obrigatoriedade da matrícula a todos os alunos (PACCINI, 2014). Declara que as escolas devem matricular todos os alunos e organizarem-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando-lhes as condições necessárias para que atinjam os objetivos propostos para sua educação.

A partir dessa Resolução o atendimento escolar aos alunos com necessidades educacionais especiais passou a ser regulamentado a partir da Educação Infantil, que se realiza, em creches e pré-escola, assegurando aos estudantes os serviços de Educação Especial sempre que se evidencie necessidade de atendimento educacional especializado, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade.

Na continuidade da normatização de políticas educacionais na perspectiva da educação inclusiva, em 2002, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, considera que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica devem ser configuradas de

modo a assegurar em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002).

Ainda em 2002, com a Lei nº 10.436/02 a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam incluídas disciplinas no currículo de professores e de fonoaudiologia. Ainda, a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprovou diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino com o projeto da “Grafia Braille para Língua Portuguesa” (BRASIL, 2002).

Em 2003, o MEC por meio da Secretaria de Educação Especial desenvolveu em âmbito nacional o "Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade". O Programa tinha como objetivos disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para atuar como multiplicadores no processo de transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos (BRASIL, 2003).

Também tinha como princípio: "[...] garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino (BRASIL, 2003, p. 9)." Trata-se de um Programa de formação de gestores e educadores, que foram capacitados em seminários realizados em Brasília durante uma semana. Posteriormente, estes gestores e educadores multiplicaram a mesma experiência em sua região. De acordo com o plano de ação do projeto cada município multiplicador deveria ser monitorado no processo de implementação da educação inclusiva (BRASIL, 2003).

No ano seguinte, em 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” com objetivo de disseminar os conceitos e as diretrizes mundiais sobre a inclusão (BRASIL, 2004).

Em 2005, o MEC lançou o Documento subsidiário à política de inclusão o qual define que:

Este documento apresenta a evolução do conceito de deficiência e das práticas escolares sobre o novo paradigma da educação inclusiva. É necessário que as escolas brasileiras se transformem em espaços inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais e atendam às necessidades educacionais de cada aluno, orienta também para a importância de se estabelecer redes de apoio a inclusão educacional (BRASIL, 2005).

Ainda em 2005, ano da primeira edição da revista *Inclusão*, o Decreto nº 5.626/05 regulou a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, e ainda sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular. Também naquele ano, com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal, foram montados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2005).

Em 2006, ocorreu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo adotadas as seguintes medidas:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; 2) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24) (BRASIL, 2006, p. 12).

Neste mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que considera em suas ações, contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2007).

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tendo como temática central a formação de professores para a Educação Especial e a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2007).

Em 2008, foi lançada a *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), a qual apresentava orientações a respeito da educação inclusiva:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p. 12).

Sendo assim, passou a caber aos sistemas de ensino organizar serviços, profissionais e disponibilizar funções de apoio como a de monitor que auxiliasse o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a permanecer na escola. Foi a partir dessa orientação que a Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba passou a disponibilizar a função de monitor na rede de ensino.

O Decreto referente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) nº 6571<sup>19</sup>, de 17 de setembro de 2008 apresenta que:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2008, p.45).

Nota-se que o AEE tem por finalidade organizar o ambiente escolar, a fim de receber e sanar qualquer empecilho que o aluno com necessidade específica matriculado no ensino regular possa apresentar, como por exemplo, um intérprete de Libras ou apoio de um monitor. Portanto conclui-se que o educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tem por direito um monitor para atividades que precisem de ajuda para auxílio em higiene, locomoção ou qualquer outra atividade que se faça necessária (BRASIL, 2008).

Como se nota, as leis e as políticas públicas voltadas à inclusão, no Brasil, acompanham um movimento mundial a partir da Declaração de Salamanca (1994). A partir daquele momento, diversas políticas públicas foram planejadas e implementadas, a fim de garantir a igualdade perante as diferentes necessidades. Os marcos históricos apontados anteriormente não têm origem no acaso, mas são estratégias (CERTEAU, 1994) governamentais a fim de garantir uma política inclusiva, sendo a revista em análise, também uma tática (CERTEAU, 1994) para cumprir os objetivos da inclusão.

---

<sup>19</sup>Este decreto foi revogado pelo decreto 7611/2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Neste sentido, nenhuma ação do governo, ou seja, nenhuma publicação, portaria, parecer, lei, decreto ou revista é fruto de um esforço sem intenção. Tudo é planejado, tudo é estratégia e tudo é tática utilizada para atingir um determinado objetivo. Neste caso, a principal estratégia fora apontada pela Secretária de Educação Especial no primeiro número da revista: disseminação da educação inclusiva.

## **1.2 A revista como manifestação discursiva de inclusão do ponto de vista oficial**

*Inclusão:* Revista da Educação Especial é uma idealização da Secretaria de Educação Especial através do Ministério da Educação. É, portanto uma publicação oficial do governo de caráter institucional, ou seja, uma revista feita por um órgão oficial para promover suas próprias ações. Nesse sentido, é, pois,

[...] a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato internacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico. (ALVES FILHO, 2005, p.93)

Sendo assim, o autor institucional ou não, apresenta suas ideias de forma intencional e não neutra. Em outras palavras: não existe neutralidade quando você mesmo faz a crítica ao seu trabalho. A revista, portanto, é dotada de intenção de um órgão governamental específico, a Secretaria de Educação Especial.

O primeiro modelo do que se conhece hoje como Secretaria de Educação Especial existente na história do Brasil foi o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), mantido por 12 anos em governos militares (1973 -1985). Com o fim da Ditadura, a Secretaria de Educação Especial (SESPE) foi instaurada em sua primeira estrutura por quatro anos (1986 -1990), sendo extinta em 1992. No mesmo ano, foi reaberta e teve sua existência por 19 anos. Naquele período, a secretaria passou por cinco governos distintos: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Em 2011, no governo de Dilma Rousseff (2011- 2016) a Secretaria foi extinta e a área de Educação Especial foi incorporada por outra secretaria, que passou a ser denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) (BRASIL, 2008).

No decorrer desse tempo, por meio de diferentes manifestações discursivas, diversas representações foram sendo “inventadas” para a educação especial que repercutiram na formulação de textos normativos que foram paulatinamente coadunando em políticas públicas para essa modalidade de educação, no Brasil, como se procurou demonstrar no tópico anterior.

Nesse sentido, uma das estratégias para disseminação de determinados modos de conceber e praticar a Educação Especial foram as publicações periódicas, como no caso de revistas.

Para os limites deste texto, localizamos a revista *Integração* como uma primeira iniciativa de publicação periódica do Governo Federal a partir da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto, com objetivo de ampliar a noção de integração da pessoa com deficiência na sociedade. Algumas edições da revista tiveram mais de 20.000 exemplares publicados. De acordo com Oliveira (2018), *Integração* abordava diversas temáticas como, por exemplo: “criatividade”, “informática”, “deficiência na pré-escola”, “a pessoa com Síndrome de Down”, entre outras. A revista teve como uma das características a relação entre texto e imagem. A capa (Figura 2) é um exemplo dessa produção gráfica, mostrando sempre crianças com ou sem deficiência, sentadas em círculo, reunidas, brincando ou trabalhando em atividades didático-pedagógicas.

FIGURA 2. Capa Revista Integração nº 1.



FONTE: Mohr, 2014.

O termo integração nasceu na década de 1960 nos países escandinavos (região geográfica e histórica do norte da Europa), especificamente na Dinamarca. No ano de 1959 este país foi pioneiro ao incluir em sua legislação o conceito de normalização, dando possibilidades a todos em situação de deficiência, desenvolverem um tipo de vida normal quanto possível (SANCHES, TEODORO, 2009).

A normalização busca determinar a norma estabelecida em um determinado meio, partindo do apontamento do normal e do anormal, a partir das diferentes variações de normalidade (LOPES, FABRIS, 2013). Segundo Foucault (2008, p.83), a normalização tem como objetivo “fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras [...]”.



A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. "O normal é que é o primeiro, e a norma deduz dele [...]". Entende-se a integração como um processo no qual, indivíduos com Necessidades Educativas Específicas – NEE são inseridos no programa da escola regular e apoiados individualmente a participarem deste (FERNANDES, 2011). Reunidos no mesmo sistema educativo, cada um recebe o apoio adequado mediante a sua necessidade. A integração, para Sanches e Teodoro (2009, p.65), “[...] é o oposto da segregação, consistindo o processo de integração nas práticas e nas medidas que maximizam (potencializam) a participação de pessoas em atividades comuns (*mainstream*) da sua cultura”.

A corrente integracionista se expande em toda a Europa chegando até a América do Norte onde se desenvolveu com maior propriedade. Suas ideias favorecem a substituição de práticas segregadoras, nos ambientes escolares, por práticas integradoras. A rápida repercussão neste continente consolidou as práticas integracionistas tendo como exemplo o movimento de *mainstreaming*. Borges, Pereira e Aquino (2012) referem-se ao movimento de *mainstreaming* como uma política integracionista que ganhou força nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, instruindo os alunos deficientes a serem escolarizados no ambiente o mais normalizador possível, evitando assim a segregação. As classes de ensino eram tidas como o ambiente normal de escolarização onde os alunos com deficiência eram inseridos e encorajados a participarem, sendo alternativas restritas permitidas quando estritamente necessárias.

Como se destacou, *Integração* teve essa nomenclatura devido à noção de integração que permeava as políticas públicas. A partir de 1994, com a *Declaração de Salamanca*, já citada, que se tornou um documento internacional de referência para as políticas educativas inclusivas, refutou-se a noção de integração para a qual o sujeito tem que se adaptar ao meio. O documento considera, ao contrário, que o meio e a sociedade devem se adaptar para receber o sujeito. Esta nova perspectiva colabora para modificar a forma de olhar para a pessoa com deficiência e inspirou práticas em relação à inclusão, e não mais à integração.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 11-12):

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Neste sentido, a revista *Inclusão* apresenta nas chamadas de capa o que está explicitado no Quadro 3:

QUADRO 3: Destaques por volume/ano.

Número/ Volume	Mês (es)/ano	Chamada de capa
01	Out/2005	<i>A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI</i>
02	Jul/2006	<i>Educação Inclusiva - Resignificando conceitos e práticas da Educação Especial</i>
03	Dez/2006	<i>Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva</i>
0	Jun/2007	<i>Avanço dos direitos das pessoas com deficiência</i>
01	Jan/Jun 2008	<i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i>
02	Jul/Out 2008	<i>Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional</i>
01	Jan/Jul 2010	<i>O atendimento educacional especializado na educação inclusiva.</i>
02	Jul/Dez 2010	<i>Os Rumos da Educação Especial no Brasil frente ao Paradigma da Educação Inclusiva.</i>
01	Jan/Jun 2011	<i>Diretrizes para construção da política nacional de formação e valorização dos docentes da educação básica</i>

Elaborado pelo autor

O Quadro 3 apresenta os destaques de capa dos números da revista. Num total de nove números, sete deles trazem a palavra inclusão e/ou inclusiva nas chamadas de destaque, que demonstra a estratégia editorial. Nessa estratégia, nota-se a perspectiva futurista do número 1 de outubro de 2005 (escolas para o século XXI); a necessidade de ressignificar o já posto do número 2 de julho de 2006 (ressignificando conceitos); a consideração do entorno do número 3 de dezembro de 2006 (considerações contextuais e sistêmicas); o entusiasmo frente aos resultados do número 4 de junho de 2007 (avanço dos direitos); o convencimento “pelo alto” do número 1 de janeiro/junho de 2008 (Política Nacional); a ideia de avanço a partir dos

profissionais envolvidos do número 2 de julho/outubro de 2008 (desenvolver a educação inclusiva/desenvolver o profissional); as especificidades dessa educação do número 1 de janeiro/julho de 2007 (AEE); o planejamento do número 2 de julho/dezembro de 2010 (rumos da Educação Especial); a preocupação com os docentes do número 1 de janeiro/junho de 2011 (diretrizes de formação docente).

Neste caso, na divulgação e ampliação de uma política pública nova, a inclusão é assumida pela revista em estudo ao lado de outras ações como política de Estado; esse dispositivo concomitantemente aos dispositivos legais informados no item anterior, buscam divulgar, informar e ampliar as políticas nacionais de Educação Especial.

De acordo com Sasaki (1997), a inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (p.41).

O conceito de inclusão atende aos novos anseios e ao diálogo progressista que passa a ser idealizado nas décadas seguintes, tendo suas bases nos grandes movimentos contra a exclusão social e como princípio a defesa da justiça social e a celebração da diversidade humana (AINSCOW E FERREIRA, 2003).

Neste contexto, a educação inclusiva defende o princípio de que todos nós somos diferentes, e que estas diferenças devem ser valorizadas na coletividade, caindo em desuso as expressões “especiais”, “normais”, “excepcionais”, existindo apenas aqueles com necessidades distintas. A sociedade e a escola comum devem se adaptar às necessidades distintas de cada um e não o contrário como era o mote do paradigma da integração. Os sistemas devem se transformar para que atendam com qualidade a todos. Para Borges, Pereira e Aquino (2012):

O ideal de inclusão é dirigido a todos, independente das diferenças e desigualdades que possuam. Porque são diferentes, todos podem permanecer juntos, no mesmo espaço e no mesmo tempo. Nessa linha de raciocínio, trata-se de mais uma maneira de tentar igualar a todos pela diferença e pela desigualdade (p.6).

A partir dessa perspectiva educacional que a inclusão possibilitou, a *Revista Integração* (1988 - 2002) passou a partir de 2005 a ser editada pelo Ministério da Educação

como *Inclusão* e subtítulo Revista da Educação Especial. A Figura 3 apresenta a capa do número 2 de julho de 2006 de *Inclusão*.

FIGURA 3. Capa revista *Inclusão* nº 2 de julho de 2006<sup>20</sup>.



Fonte: *Inclusão*: Revista da educação especial ano 2 n. 2 julho/2006.

Em entrevista (Anexo A) a Oliveira (2009, p. 47), Claudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Especial e chefe editorial da revista na época, salienta que:

<sup>20</sup> Não foi encontrada a capa dos números: 1, 7, 8 e 9 nos arquivos localizados *online*.

A Revista Inclusão foi idealizada pela equipe da Secretaria de Educação Especial /SEESP, tendo sua primeira edição publicada em 2005, com uma tiragem de 40.000 exemplares. A linha editorial da Revista traz o enfoque da Educação Especial fundamentado na concepção de educação inclusiva, tornando-se um órgão de difusão de referenciais e experiências que promovem a reflexão e a transformação das práticas educacionais para efetivar o direito de todos a educação. A Revista se insere no debate acerca da educação das pessoas com deficiência, da sua segregação e encaminhamento às instituições filantrópicas e às escolas especiais, substitutivas à escolarização. Contrapondo o modelo da integração, que define o acesso do aluno com deficiência ao ensino regular, condicionado a sua capacidade de adaptação ao padrão homogêneo da escola, a Revista passa a disseminar a concepção de educação inclusiva que reconhece e valoriza as diferenças e defende o direito de aprender de acordo com as capacidades de cada um. Na perspectiva inclusiva, difundida mundialmente, especialmente a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990 e da Declaração de Salamanca, 1994, a efetivação do direito de todos à educação torna-se uma meta dos países e exige uma transformação na escola. A Revista Inclusão surge neste contexto, de mudança do paradigma educacional destacando a clara distinção entre o modelo da integração e a concepção de educação inclusiva (OLIVEIRA, 2009, p. 47).

A respeito do nome da revista, a Secretária de Educação Especial destaca que o nome é em referência ao movimento mundial pela inclusão. É preciso considerar que a entrevistada é a representante de toda equipe editorial e é responsável pela Secretaria de Educação Especial. Neste sentido, a sua fala é uma estratégia para reafirmar suas ações (CERTEAU, 1994).

A respeito dos objetivos da revista ela menciona que:

Revista Inclusão nº 1 apresenta como objetivos ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos, estimular o intercâmbio de experiências entre os profissionais que atuam na proposta de uma educação inclusiva e no atendimento às necessidades educacionais especiais. Nas suas diferentes edições a Revista manteve estes objetivos, com sessões de artigos, informações e relatos de caráter político pedagógico. Cumprir o papel de disseminação da educação inclusiva, promoção da reflexão sobre as práticas educacionais e da troca de experiências que possibilitam avanços na organização e oferta da Educação Especial articulada ao ensino regular. Ressalta-se que, a partir do V.4, Nº1/2008, a Revista Inclusão passa a ter a Indexação LATINDEX, constituindo a Biblioteca Virtual Internacional da Rede de revistas Científicas nas áreas de ciências humanas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, bem como a ampliação da tiragem para atender a crescente demanda dos sistemas de ensino (OLIVEIRA, 2009p. 48).

A fala da secretária, mais uma vez, aponta a estratégia (CERTEAU, 1994) de ampliação da educação inclusiva, além de apontar a revista com uma modelagem acadêmica mediante as indexações descritas.

Sobre o tipo de função que a revista cumpre, a então Secretária de Educação Especial responde que:

A Revista Inclusão cumpre a função de promover a mudança cultural acerca da acessibilidade e inclusão educacional, possibilitando um outro enfoque das políticas públicas no atendimento às necessidades específicas dos alunos com

deficiência e contrapondo a segregação que anula os direitos fundamentais de acesso e participação nos espaços comuns da vida social. A Revista ajuda a construir uma escola inclusiva na perspectiva do trabalho colaborativo, da organização de serviços e recursos, da gestão participativa, da intersetorialidade das políticas públicas e da participação das famílias (OLIVEIRA, 2009, p. 49).

Sobre a funcionalidade da revista, a Secretária de Educação Especial menciona a questão da acessibilidade, e isso vem destacado na capa da revista na Figura 4, na qual a criança com deficiência, a partir da inclusão, passa a habitar todos os ambientes da escola.

FIGURA 4 - Capa da revista v.4, apresenta como destaque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.



Fonte: *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Volume 4, nº 1, Jan/jun 2008.

O caráter informativo da revista a fim de ampliar a educação inclusiva a partir dos programas e ações do governo para atender a orientações mundiais e leis nacionais que versam sobre a inclusão está impresso, portanto, também nos aspectos materiais desse dispositivo<sup>21</sup>. No mesmo trabalho de Oliveira (2009), também há uma entrevista (Anexo B) com a pesquisadora, professora de educação da Universidade de Campinas (UNICAMP)

<sup>21</sup>Os aspectos materiais da revista estão aprofundados no capítulo 2.

Maria Teresa Eglér Mantoan. A respeito da sua opinião sobre a revista, a professora afirma que:

A Revista Inclusão tem um grande mérito, qual seja o de expressar em seus editoriais e artigos o posicionamento oficial de uma Secretaria Nacional de Educação do MEC, no caso, a SEESP, sobre a inclusão escolar. Trata-se do único ou de um dos poucos periódicos dedicados exclusivamente ao assunto e que não se fecha em um único posicionamento a respeito do mesmo. A Revista divulga em suas páginas a opinião, as contribuições de estudiosos e de praticantes do ensino regular e do ensino especial e constitui um lugar de entrelaçamento de idéias, que propicia a criação de uma rede de novos saberes e provocações sobre o papel da escola comum e da Educação Especial, nos tempos atuais. É um veículo de comunicação que expande o debate e o entendimento da Educação Especial em sua perspectiva inclusiva. (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

Neste sentido, a fala da professora aponta mais uma vez a estratégia da revista de ampliar os saberes em relação à inclusão a partir da disseminação e ampliação dos saberes. Sobre a importância da revista em prol do movimento pela educação inclusiva, a professora complementa:

Considero que a importância da Revista para o movimento em favor da inclusão no Brasil é a de levar para dentro das escolas o conceito de inclusão, sem disfarces, meias verdades, maquilagens, que dificultam os professores, gestores, pais, no momento de avaliar e de colocar em ação uma proposta educacional tão revolucionária. A Revista é mais um espaço do movimento, quando este é fiel ao conceito de inclusão como a condição indisponível de vivermos com autonomia e liberdade entre todos (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

O conceito de inclusão apontado pela professora considera-o como revolucionário perante as práticas anteriores. A revista mais uma vez é dispositivo de grande força como estratégia para disseminação da inclusão.

Ambas entrevistas anexadas no trabalho de Oliveira (2009) concordam com a intenção da revista em disseminar a educação inclusiva. As instituições criam estratégias para manter sua sobrevivência a partir dos discursos vigentes que se relacionam ou dependem, de acordo com Certeau (1994), logo, *Inclusão* apresenta-se como uma estratégia de disseminação da inclusão no meio educacional. A revista é uma estratégia que tem como função legitimar ações e políticas do governo para o governo, haja vista que as políticas de inclusão perpassam os jogos de poder e este mesmo governo produz uma revista que legitima suas ações.

## 2 NAS PÁGINAS DA REVISTA *INCLUSÃO*: ENTRE MATERIALIDADE E TEXTUALIDADE

Neste capítulo, serão apresentados os aspectos editoriais da revista *Inclusão* quanto a sua materialidade e textualidade. Também serão descritos alguns aspectos relacionados ao contexto em que a revista foi produzida, sua circulação e objetivos. Duas seções da revista serão exploradas de forma mais incisiva: Resenha e Enfoque, isso porque estas duas seções abordam a temática da alfabetização de pessoas com deficiência diretamente como tema central.

### 2.1 Apresentação da revista *Inclusão*

Em 1988, a historiadora Maria Helena Capelato afirmou ser a imprensa manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois “[...] possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos.”.

A escolha de uma revista como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19)

Para Certeau (2006, p. 216), na pesquisa histórica “[...] tomamos consciência do fato de que o historiador escreve, produz um espaço e um tempo, embora estando ele próprio inserido num espaço e num tempo”. Como o espaço/tempo perpassa a criação do impresso, o significado dado a este impresso no momento da leitura é indispensável para a interpretação. O momento histórico que a revista *Inclusão* fora editada e impressa e o momento que o leitor está inserido, assim como as experiências individuais de cada leitor, influenciam no significado atribuído aos textos apresentados.

Ao todo, foram publicadas nove edições da revista, com uma média de 70 mil exemplares por edição, totalizando 670 mil exemplares nos seis anos de edição (MORH, 2014). No Quadro 2, nota-se por meio da ampliação das tiragens um investimento na circulação da revista em análise.



QUADRO 4. Número da revista, ano e tiragem.

Número/ Volume	Ano	Tiragem
1	2005	40 mil
2	2006	40 mil
3	2006	40 mil
4	2007	50 mil
1	2008	100 mil
2	2008	100 mil
1	2008	100 mil
2	2009	100 mil
1	2011	100 mil

Elaborado pelo autor

Sobre a tiragem da revista é bem ampla se comparada com outra publicação impressa também do Ministério da Educação, a *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, disponibilizada no *site* do Ministério da Educação, também como revista oficial do Ministério. Lá, *Inclusão: Revista da Educação Especial* vem indicada com uma classificação *Qualis C* e tiragem média de 74 mil exemplares, sendo algumas edições com publicação de 100 mil. Da outra revista, *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica* são indicados seis exemplares (2008 – 2009), com classificação *Qualis B2* e tiragem de 3 mil exemplares. Nota-se que há uma diferença de 70 mil exemplares, aproximadamente, entre as duas revistas. Isso demonstra o forte investimento, inclusive financeiro, em disseminar a ideia da inclusão.

Para compreender a revista em sua configuração como texto verbal, de acordo com Mortatti (1999), serão descritas suas partes para que seja compreendida como um todo. Para Chartier (2002), o sentido que o leitor dá ao texto é a relação estabelecida entre o leitor (dentro do seu contexto) e o livro (texto publicado por editores

Impostas estas relações, nas considerações sobre o livro, também podem se evidenciar as imposições dos protocolos de leitura nas revistas, como a aqui analisada; tais protocolos têm por finalidade a garantia mínima de que os objetivos do autor e do editor – e nesse caso, autor institucional - tenham relação com a leitura, ou seja, com o sentido que o leitor institui ao impresso. Logo, o protocolo de leitura está em toda materialidade de um impresso.

Nesse sentido, a revista *Inclusão* é organizada em oito seções, sendo elas, em ordem: Editorial, Entrevista, Destaque, Enfoque, Resenha, Informe, Opinião e Veja também. Apenas no número cinco há também a seção Colóquio.

Todas as capas da revista apresentam o título "Inclusão" e também o subtítulo "Revista da Educação Especial". Da mesma maneira, todos os números apresentam na capa as principais seções junto com os temas em destaque escolhidos pela equipe editorial como apresentado no Quadro 3. Todas as edições localizadas também trazem uma fotografia de fundo relacionada à educação, diversidade e inclusão na capa. Também há informações técnicas como o volume<sup>22</sup>, ano, número, mês e ISSN<sup>23</sup> como apresentado na Figura 5.

FIGURA 5: Capa da Revista Inclusão..



Fonte:Revista *Inclusão*, Nº2 de julho de 2006

<sup>22</sup> De acordo com da NBR 6021 (2003), a "A numeração dos volumes deve ser em algarismo(s) arábico(s), precedido(s) da abreviatura v., contínua e correspondente a cada ano civil." Sendo assim, as revistas são agregadas em seis volumes de acordo com o ano de publicação: V. 1, N. 1 out 2005; V. 2, N.2, jul 2006; V. 2, N.3, dez. 2006; V. 4, N.1 junho 2008; V. 4, N.2, jul/out 2008; V. 5, N. 1, Jan/jun 2010; V. 5, N2, Jul/dez 2010; V.6 N.1 jun 2011.

<sup>23</sup>Em relação à numeração no ISSN, além de ser um elemento obrigatório pela norma da NBR 6061 (2003) é fundamental para classificação do Qualis, ou Qualis-Periódicos ou Qualis/CAPES. Este é o sistema brasileiro de avaliação de periódicos, subsidiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e classifica os quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade em (A, B, C) de acordo com área de avaliação.Na plataforma Sucupira a revista foi avaliada de acordo com quatro áreas de conhecimento e obteve as seguintes classificações: Educação(C), Ensino (B3), Interdisciplinar (B5) e Sociologia (C).

O expediente da revista (Figura 6) apresenta os principais nomes de pessoas relacionadas à revista, a partir da equipe: Comissão organizadora, Conselho editorial (nacional e internacional), Jornalista Responsável, Organização e Sistematização, Revisão Ortográfica, Projeto Gráfico, Diagramação e Arte final, Fotografia, Periodicidade, Número de tiragem e a Ficha Catalográfica. Também apresenta as indexações desde a primeira edição: Bibliografia Brasileira de Educação (BEE)/Inep e a partir da quinta edição no Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas e Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal<sup>24</sup>. As indexações apontam um caráter de prestígio para a revista.

FIGURA 6: Expediente da Inclusão: *Revista de Educação Especial*).

**Expediente**

**Ministério da Educação:**  
Fernando Haddad

**Secretário Executivo:**  
José Henrique Paiva Fernandes

**Secretaria de Educação Especial:**  
Claudia Pereira Dutra

**Comissão Organizadora da SEESP:**  
Claudia Maffei Di Bock  
Claudia Pereira Dutra  
Diana de Oliveira Alves  
Kátia Aparecida Marangon Barbosa

**Conselho Editorial:**  
Antônio Carlos do Nascimento Deque  
Claudio Roberto Baptista  
Diogo Barros de Almeida  
Eduardo Chai de Sá  
Júlio Pinheiro Teixeira  
Mércia José de Silveira Mazzotta  
Marta Teresa Egler Marinho  
Márcio de Oliveira Gatti  
Ronaldo Rodrigues Maia Pinto  
Rita Vieira de Figueiredo  
Rosita Ester Carvalho  
Soraia Napoleão Freitas  
Wladimir Brazão Ferreira

**Coordenação Editorial:**  
Suzanna Weisheimer Poth

**Jornalista Responsável:**  
José Mário Mihuveni - Registro Profissional nº 145407  
Assessoria de Comunicação Social do  
Ministério da Educação

**Fotos:**  
Sergio Neves Ferreira do Anasil

**Diagramação:**  
Sachet Samson (samson@terra.com.br)

**Fotolito, impressão e acabamento:**  
ArtPrinter Gráficos e Edições Ltda.

Revista Inclusão é uma publicação semestral da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.  
Espanhola dos Músicos, Bloco L, 4º andar, Sala 910  
CEP: 70047-910 Brasília - DF  
Telefone: (55) 3104-3267 / (55) 3104-6881  
Cadastro via E-mail: revistainclusao@meec.gov.br  
Distribuição gratuita

**Tiragem desta edição:** 40 mil exemplares

As matérias publicadas pela revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Quando autorizadas, indicar o autor. Alguns trabalhos de pesquisa são copyright de seus respectivos autores e, não necessariamente, de da SEESP, que os edita por pagar aos seus criadores elementos de reflexão e debate.

Inclusão - Revista de Educação Especial / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial n. 1, n. 1 (jun. 2005 -) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005 - ...  
ISSN 1608-8209  
1. Inclusão educacional. 2. Educação especial. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

INCLUSÃO - Revista de Educação Especial - Dez 2008




Fonte: Inclusão: *Revista de Educação Especial*, n. 1, ano 1.

O sumário organiza as seções e as respectivas páginas. Dentre todos os números da revista somente há diferença no sumário no número 4 de junho de 2006, conforme apresenta a

<sup>24</sup> A indexação também é parâmetro que indica a abrangência e qualidade das revistas (FREIRE, 2010).

Figura 7. Até o número 3 de dezembro de 2006 e a partir do número 1 de janeiro/junho de 2008 todos os números apresentam formatação semelhante.

FIGURA 7: Comparativo dos sumários da revista número.

SUMÁRIO JULHO 2006			SUMÁRIO	
<b>Editorial</b>	<b>Entrevista</b>	<b>Destaque</b>	<b>Entrevista</b>	<b>O surdocego e o paradigma da inclusão</b>
			<b>Brasil dá importantes passos, promove e consolida os direitos das pessoas com deficiência</b>	Sandra Sáenz-Pérez Parra - Professora Pós-graduada em Educação Inclusiva, membro do Grupo Brasil de Apoio Sombrogo Albuquerque - Associação Brasileira de Pais e Amigos dos Surdocegos e dos Defensores dos Direitos Humanos e da ABIC - Associação Brasileira de Inovação em Pessoas com Deficiência. Shirley Rodrigues Maia - Doutoranda em Psicologia da Educação pela USP, Presidente do Grupo Brasil e Diretora Técnica da Artemis - Associação Educacional para Crianças Deficientes.
<b>3</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>Destaque</b>	<b>Associação de pessoas com deficiência e o paradigma da inclusão</b>
	<b>Educação inclusiva: avanços na educação de alunos surdos. Marlene de Oliveira Gotti</b>	<b>Educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da Educação Especial. Hugo Otto Beyer</b>	<b>Um modelo de capacitação para Síndrome de Down</b>	Dieli Oliveira Pires - Informata Acadêmica Síntese Maria de Oliveira Pires - Educadora Especial, Mestre e Doutora em Educação - Centro Universitário Positivo - UNIPA - PR.
			<b>Desafios históricos de superação</b>	36
			<b>Resenhas</b>	
			<b>Caminhos para a inclusão</b>	42
			<b>Educação inclusiva e Igualdade Social</b>	43
			<b>Informes</b>	
			<b>Conta Rica acalha o III Congresso Latino-Americano de Educação Bilingüe-Bicultural para Surdos</b>	44
			<b>I Seminário Nacional de Educação Inclusiva no Contexto Anacrônico</b>	44
			<b>Curso de formação continuada de tutores</b>	45
			<b>Veja também</b>	
			<b>Revisando meu percurso escolar: História de vida de uma aluna surda</b>	46
			<b>Leiane Hübner de Moraes Vale</b>	
			<b>Opinião</b>	
			<b>Programa Brasil Acessível do Ministério das Cidades</b>	48
			<b>Ronaldo Bezerra - Diretor de Mobilidade Urbana - Programa Brasil Acessível - Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades</b>	
			<b>Notas técnicas para publicação de artigos</b>	49

Fonte: Revista Inclusão n.3 ano 2 jun/2008 e n. 4. ano 3 jan/2009.

Após o sumário, todos os números possuem a seção Entrevista, na qual se apresenta alguma entrevista com chefes do governo ou referências na área da educação para dialogar sobre assuntos e apresentar as políticas públicas relacionadas à pessoa com deficiência. Nesta seção, há a foto do entrevistado(a) juntamente com seu nome completo e uma nota de rodapé com a formação e área de atuação. Utilizar a imagem de pessoas públicas que são, de alguma maneira, especialistas no tema, apresenta-se como mais uma estratégia (CERTEAU, 1994), a fim de divulgar e sedimentar a inclusão.

A seção "Destaque" tem como principal objetivo chamar a atenção do leitor para algum tema que seja considerado importante. Todas as edições apresentam algum tema relacionado à educação inclusiva com diferentes especificidades. Nessa seção, também há uma chamada ampla com uma fotografia, o nome da pessoa ou da instituição em destaque com uma nota de rodapé com as especificações. Como se pode inferir, também nessa seção o objetivo é dar a conhecer, com ênfase, aspectos do tema inclusão, de modo a tornar consensual esse modo de conceber a escola.

A seção Enfoque está presente em todas as edições da revista e é dedicada a apresentar artigos científicos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência. Esta seção ocupa mais da metade das páginas de todas as edições da revista.

A seção Colóquio aparece somente na quinta edição da revista; em nenhuma outra novamente. Ela tem como foco apresentar a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 2008.

A seção que aparece somente em uma edição da revista é uma estratégia (CERTEAU, 1994) para disseminação da Política Nacional de 2008, visto que a seção Colóquio (Figura 8) só aparece nesta edição e aborda somente este tema. Sendo a Política de 2008, um dos principais marcos da inclusão, a revista cumpre seu papel de disseminação desse tema.

FIGURA 8: Seção Colóquio da Inclusão: *Revista de Educação Especial* (2005 – 2011)



Fonte: Inclusão: *Revista de Educação Especial*, v. 4 n. Jan/jun 2008.

Depois, há Resenha, uma seção dedicada a apresentar resenhas de livros também ligados à educação inclusiva. Divulgar outros materiais impressos que defendem o mesmo



modo de conceber a escolarização de crianças com deficiência, tanto enfatiza o assunto, quanto atesta cientificamente que especialistas também estão discutindo e avaliando a inclusão escolar, em âmbitos mais acadêmicos, como são os livros.

FIGURA 9. Seção resenhas

52

Resenhas

**MANTOAN, M. T. Egêr, BUETO, R. Cayóli, ARANTES, V. Amorim (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.**

As autoras Mantoan e Prieto debatem a educação inclusiva e a organização da escola na perspectiva de ensinar a todos e atender as necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto educacional, Mantoan defende uma escola que reconheça a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada. Aceitar e valorizar a diferença na escola significa "mudar de lado" e manter com os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora.

Prieto contextualiza o atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais analisando desde as relações entre inclusão e integração escolar até a formação de professores, passando também por uma análise das políticas



públicas de educação para todos.

O livro está escrito em forma de diálogo entre as duas autoras, cuja mediação foi feita por Vânia Amorim Arantes, organizadora do livro.

A leitura desta obra apresenta elementos que nos estimulam a uma reflexão sobre nossas crenças e práticas, que muitas vezes nos desigualam na construção de novos conhecimentos e de práticas educacionais inclusivas. Os pontos e contrapontos colocados pelas as autoras, levam-nos à revisão de nossos entendimentos sobre a inclusão e a integração de pessoas com deficiência. Por essas razões, trata-se de uma leitura recomendada para profissionais que lutam para concretização de uma inclusão escolar e social.

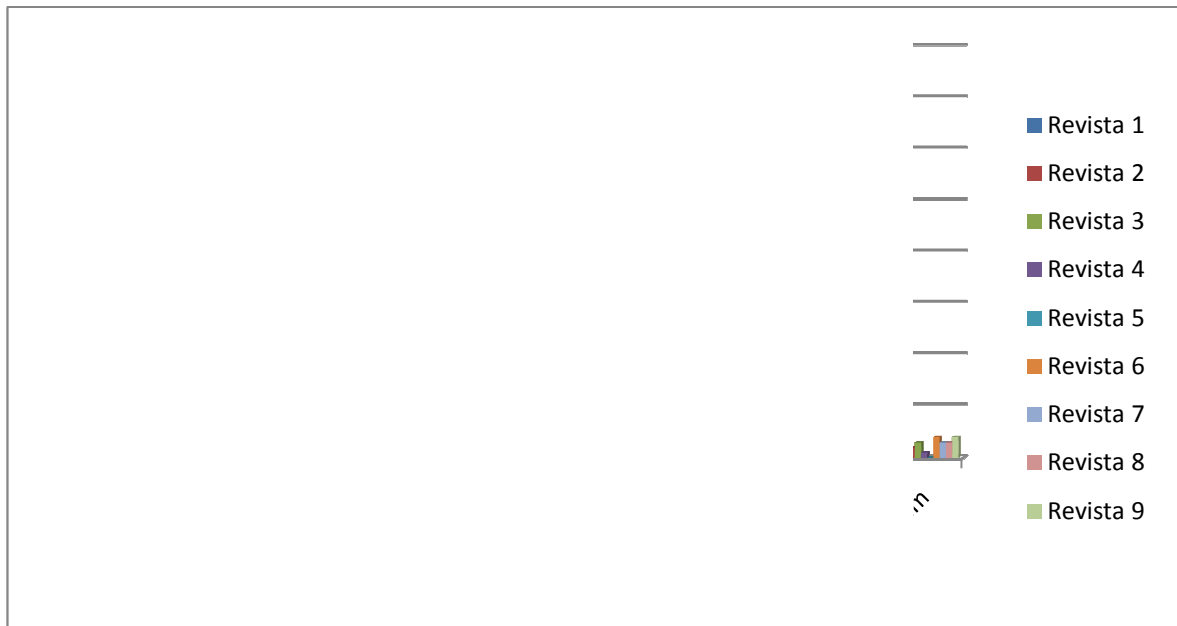
INCLUSÃO - Revista de Educação Especial - jul/2006

Fonte: Inclusão: Revista da Educação Especial n. 6 jul/2006.

Posteriormente há as seções Informe e Opinião. A primeira dedicada a ações que já ocorreram ligadas a pessoa com deficiência. A segunda seção é dedicada a apresentar temas relacionados à inclusão. Por fim, há a seção Veja Também, a qual é dedicada a apresentar estratégias do governo, programas e políticas públicas ligadas à pessoa com deficiência.

A respeito da organização das seções da revista, destacam-se o número de páginas dedicadas a cada uma, de acordo com o Gráfico 1:

GRÁFICO 1. Total de páginas dedicadas cada seção



Elaborado pelo autor

Por meio dos dados apresentados pelo Gráfico 1, é possível destacar que os totais de páginas dos números variam entre 50 e 76 páginas. Entre todos os números da revista, a seção Enfoque é a que ocupa mais páginas, com uma média de 35 páginas, seguida da seção Destaque, com uma média de 11 páginas e entrevista com uma média de quatro páginas entre todos os números. A seção Colóquio que apareceu na quinta edição da revista ocupou 11 páginas e a seção Opinião da mesma edição, dez páginas. As outras seções destacadas ocupam somente uma ou duas páginas das edições. O número de páginas médias de cada seção permite compreender o lugar que a revista *Inclusão* pretende ocupar – o protocolo que pretende imprimir – em seu lugar social. Muito mais do que trazer especialistas e pessoas de destaque e sucesso para divulgar e incutir a inclusão como mote da escolarização comum, como destacado, quer ocupar um lugar – como os livros que divulga – no espaço acadêmico, por isso científico e legitimado na mentalidade de seus leitores. Tanto o é que a seção Enfoque é a que mais ocupa páginas da revista, ou seja, a seção que se compõe de artigos – resultados de pesquisas – assinados por pesquisadores.

Outro aspecto que indica essa pretensão é a existência de expediente. A norma NBR 6021 determina que deve haver uma ficha catalográfica. Na primeira edição da revista, a ficha catalográfica está de acordo com normas do Código de Catalogação Anglo-Americano, que é quem define as normas de catalogação de acordo com NBR 6021. Porém, nos outros oito exemplares da revista a ficha catalográfica é a mesma no primeiro número, ou seja, as

informações de Volume, Ano, Periodicidade e Número não foram atualizadas, indicando um fator divergente da pretensão.

Outro fator divergente verificado foi quanto à ordem de apresentação do Editorial da revista. Para a norma NBR 6021 (2003, p. 6), "Editorial deve ser colocado após o sumário". Em todos os números da revista o Editorial foi colocado antes do sumário. Quanto às informações editoriais para os autores, a mesma Norma identifica que devem ser alocadas nas últimas páginas da revista, e em *Inclusão* essas informações não foram localizadas. Tais equívocos editoriais podem indicar a classificação no Qualis Capes C.

## 2.2 Circulação e leitores previstos

As seis primeiras edições digitais da *Revista Inclusão* são veiculadas de forma *online* pelo *site* do Ministério da Educação, como já informado. Já a distribuição do impresso, de acordo com Oliveira (2009), foi realizada em: escolas públicas com registro de matrículas de alunos da Educação Especial no Censo Escolar INEP/MEC; secretarias de educação dos municípios, estados e do Distrito Federal; secretarias dos municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; escolas públicas contempladas pelo Programa de Salas de Recursos Multifuncionais; bibliotecas setoriais de educação das universidades públicas brasileiras; instituições e órgãos representativos que atuam na defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência e na defesa do direito de todos à educação.

Apesar dessa ampla divulgação da revista, encontrei grande dificuldade em localizar os números impressos. Foram procurados nas bibliotecas da cidade de Paranaíba, na Biblioteca Pública do Estado de São Paulo e somente foi localizado impresso o número quatro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conforme indiquei. Cabe aqui o questionamento: onde foram parar os números da revista? Mediante a uma tiragem com uma média de 70 mil exemplares, onde estão localizados os exemplares em sua materialidade?

Para Oliveira (2009), em 2007<sup>25</sup> foi realizada uma pesquisa pela Secretaria de Educação Especial com 1.260 leitores da revista *Inclusão* a fim de dimensionar o alcance da revista. Ao todo, 90,6% eram mulheres e 9,4% eram homens. A distribuição de acordo com a região: 32,2% sudeste; 31,1% sul; 23% centro-oeste; 7,8% norte e 5,8% região sul. Quanto à formação dos leitores: 42,8% têm curso superior, 37% têm pós-graduação, 13,6% possuem curso médio de magistério.

---

<sup>25</sup> Não foram localizados dados mais recentes sobre os leitores da revista.



Em relação à estrutura e ao funcionamento da revista, existia uma comissão de cinco membros junto à Secretaria de Educação Especial e um Conselho Editorial composto por 12 membros de diversas instituições, sendo uma dessas a Universidade Técnica de Lisboa. Isto evidencia que a revista buscava credibilidade quanto a sua organização. A comunicação com o público era feita por dois e-mails distintos, um da Secretaria de Educação Especial e outro da equipe editorial da revista. Há uma média de dez e-mails por dia com sugestão de temas a serem abordados na revista<sup>26</sup> (OLIVEIRA, 2009).

### 2.3 Os principais temas nas páginas de *Inclusão*

Ao debruçar sobre as páginas de *Inclusão* percebe-se que o objetivo da revista apontado na chamada editorial do primeiro número assinado pela Secretária de Educação Claudia Pereira Dutra é "[...] disseminar conhecimentos técnicos e científicos, e incentivar o intercâmbio de conhecimento entre diversos profissionais" sobre a inclusão (BRASIL, 2005, p. 01). Sendo assim, na sua materialidade, a maior parte da revista é dedicada à apresentação de artigos científicos e resenhas de livros relacionados às práticas educativas inclusivas. Duas seções da revista são dedicadas a artigos e resenhas, são as seções: Resenhas (Quadro 1) e Enfoque (Quadro 2). Foram selecionadas essas duas seções, pois, juntas ocupam 66% das páginas da revista e apresentam livros e artigos científicos de diferentes temas que foram distribuídos nas categorias a seguir de acordo com a seção e apresentados no Quadro 1 e Quadro 2:

QUADRO 1. Número total de artigos por categoria temática

<b>NÚMEROS DE TEMAS LOCALIZADOS NA SEÇÃO RESENHA</b>	
<b>Total de Resenhas: 12</b>	
<b>Temas:</b>	<b>Nº de Resenhas</b>
<b>Alfabetização</b>	01
<b>Direitos e Legislação</b>	01
<b>LIBRAS</b>	01
<b>Políticas Públicas, Educação Inclusiva e Especial</b>	09
<b>Total</b>	12

Elaborado pelo autor.

<sup>26</sup>Os e-mail não foram localizados.

QUADRO 2. Número total de resenhas por categoria temática

<b>NÚMEROS DE TEMAS LOCALIZADOS NA SEÇÃO ENFOQUE</b>	
<b>Total de Artigos (Enfoque): 42</b>	
<b>Temas:</b>	<b>Nº de Artigos</b>
<b>Acessibilidade</b>	04
<b>Alfabetização</b>	02
<b>Braile</b>	02
<b>Direitos e Legislação</b>	03
<b>Formação Continuada</b>	02
<b>LIBRAS</b>	04
<b>Políticas Públicas, Educação Inclusiva e Especial</b>	29
<b>Tecnologia</b>	03
<b>Total</b>	49

Elaborado pelo autor.

A partir dos dados dispostos nos Quadros 1 e 2, é possível perceber que a categoria “Políticas Públicas, Educação Inclusiva e Especial”, em ambas seções, apresenta disparidade quantitativa muito grande em relação aos demais temas localizados. O surgimento da revista foi em um contexto de divulgação e mudanças de paradigmas das políticas públicas relacionadas à inclusão, como se buscou demonstrar no capítulo 1. Nesse sentido, a maioria dos artigos e das resenhas é voltada à divulgação e disseminação das políticas públicas sobre educação inclusiva e especial. Em primeira análise, não há por que se surpreender, uma vez que título e subtítulo, assim como objetivo da revista são claramente designados: como inclusão na educação especial. Por outro lado, o que se entende por inclusão? Será que bastam campanhas em artigos, resenhas, entrevistas com autoridades, destaque à legislação para se garantir a inclusão escolar de pessoas com deficiência? Ou este fenômeno é muito mais amplo e subentende a discussão de outros aparatos próprios da escolarização, como a alfabetização? Nota-se na revista uma campanha moldada sob o convencimento de seus leitores previstos para uma certa política pública, mas do mesmo modo ampara esses leitores para lidarem com as especificidades do fenômeno social defendido? Não é o que indicam os outros temas.

Os outros temas que também aparecem nas seções destacadas como a questão da acessibilidade<sup>27</sup> das escolas, dos direitos das pessoas com deficiência, da Libras, do ensino do

<sup>27</sup>A questão da acessibilidade é central na transição das políticas públicas de inclusão, pois neste momento a escola deve se adaptar para receber o aluno com deficiência. Já a noção de integração não prevê que haja adaptação curricular ou arquitetônica.

Braile e também da alfabetização em língua portuguesa parecem tangenciados no âmbito dessa política, conforme se pode observar nos destaques das capas descritos a seguir.

A edição número 01 de outubro de 2005 teve como foco a apresentação da Educação Inclusiva. A capa apresenta a chamada: "Educação Inclusiva - um meio de construir escolas para todos no século XXI"; INCLUSÃO - a hora da Virada e ENTREVISTA - Cláudia Pereira Dutra - Secretária de Educação Especial. A foto apresenta crianças do sistema público de educação de Brasília/DF.

O número 02 de julho de 2006 teve como objetivo a acessibilidade e adequação de ambientes escolares a fim de garantir o pleno acesso à escola, a ambiente públicos e privados pelos que possuem algum tipo de deficiência física. A edição também destacou o vencedor da primeira Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, estudante, com Múltiplas Deficiências, com 17 anos chamado Paulo Santos Ramos. A chamada principal da capa destaca: **Educação Inclusiva – ressignificando conceitos e práticas da Educação Especial**. A entrevista com Marlene de Oliveira Gotti – Educação Inclusiva: avanço na educação de alunos surdos. A seção *Veja Também* – Paulo 100% campeão. A foto é da professora Patrícia Marangon com o aluno, campeão da 1ª Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas, a edição possui 58 páginas.

O número 03 de dezembro de 2006, tem como objetivo difundir e contextualizar a educação inclusiva a partir do atendimento das necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência mental, Síndrome de Down e surdez. A capa da edição apresenta como destaque – **Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva**. A temática da entrevista as contribuições do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. A seção *Veja Também* versa sobre O direito das pessoas com deficiência à educação. A fotografia da capa representa crianças em uma Sala de Recursos Multifuncionais.

O número 04 de junho de 2007 apresentou uma configuração gráfica diferente, com as mesmas seções, porém com formatação distinta. O tema geral centrou nas discussões da educação inclusiva a partir das características de alunos com Síndrome de Down, autismo e surdo-cegueira. A edição também chama atenção para o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior. A capa teve como chamada o "Aprender e conviver na diversidade". A entrevista destacou o "Avanço dos direitos das pessoas com deficiência" A seção Destaque apresentou um texto com título: "Síndrome de Down: princípios da inclusão não permitem isolamento ou segregação". A foto é de um aluno cego trabalhando em máquina Braille.

O número 01 de janeiro/junho de 2008, teve como objetivo apresentar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pela Portaria

nº 555/2007. A entrevista traz o então o Ministro da Educação Fernando Haddad. O destaque foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A foto representou crianças no parquinho de uma escola com acessibilidade na cidade de Brasília/DF.

Esta edição é considerada por Dutra (2009) como a edição mais importante, pois apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Essa edição também passou a veicular na última página da revista uma enquete dirigida aos leitores com objetivo de traçar um perfil do leitor e verificar a amplitude de cada exemplar da revista.

O número 02 de julho/outubro de 2008 teve como objetivo discorrer sobre a inclusão aliada ao tema do reconhecimento e da valorização das diferenças com alunos surdos indígenas. A edição destacou os avanços políticos do Brasil, com a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e também a publicação do Decreto nº 5.671, de 17 de setembro de 2008, sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A capa da edição chama a atenção para desenvolver a educação inclusiva – dimensões do desenvolvimento profissional. A entrevista com Antonio Carlos Sestaro, presidente da Associação de Pais e Filhos com Síndrome de Down da cidade de Santos/ SP. A foto da edição é de Samuel Sestaro.

O número 01 de janeiro/julho de 2008 tem como chamada principal o Atendimento Educacional Especializado na educação Inclusiva, por Maria Teresa Eglér Mantoan. Apresenta também como destaque internacional o tema "Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva". A entrevista é com José Ferreira Filho, Psiquiatra e doutor em Ciências da Saúde. A capa apresenta uma foto de uma criança negra com síndrome de Down.

O número 01 de janeiro/julho de 2010, o número 02 de julho/dezembro de 2010 e o número 01 de janeiro/junho de 2011 não estão disponíveis no *site* do Ministério da Educação nem na Secretaria de Educação Especial, como informado. As edições são localizadas no *site* do Ministério Público do Paraná (MPPR)<sup>28</sup> disponível para *download*. Não foram encontradas justificativas para que a revista fosse localizada em suas nove edições reunidas, somente no sítio do MPPR.

O número 02 de julho/dezembro de 2010 tem como destaque nacional *Os rumos da Educação Especial no Brasil frente ao Paradigma da educação Inclusiva* de Claudia Pereira Dutra. O destaque internacional da edição são as "Novas Perspectivas da Inclusão Social da

---

<sup>28</sup> <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1974.html>

Pessoa surda desde os Primeiro anos de vida". A entrevista foi com A secretária de Educação Especial Claudia Pereira Dutra. A foto da capa da edição é de uma criança com cadeira de rodas em ambiente escolar.

O número 01 de janeiro/junho de 2011 tem como destaque as "Diretrizes para construção da política nacional de formação e valorização dos docentes da educação básica". A Entrevista é com Rosângela Machado, Pedagoga especialista em Educação Especial . A última edição localizada tem na capa a foto de uma menina debruçada sobre os livros escrevendo.

A partir do exposto a respeito dos aspectos materiais de *Inclusão: Revista da Educação Especial* pode-se afirmar que a maior estratégia (CERTEAU, 1994) encontrada é em relação à ampliação dos saberes em relação a inclusão.

### 3 ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA E PELA REVISTA *INCLUSÃO*: SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES

Neste capítulo, será apresentado o que a revista *Inclusão* apresenta sobre alfabetização de pessoas com deficiência. Primeiramente será apresentado o que chamei de “alfabetização nas entrelinhas”, pois a alfabetização é apenas mencionada, e posteriormente os artigos nos quais a alfabetização é abordada como temática central. A partir disso, busquei interpretar quais os sentidos atribuídos à alfabetização e quais representações a alfabetização de pessoas com deficiência em língua portuguesa são formuladas na revista *Inclusão*.

#### 3.1 A alfabetização nas entrelinhas

Embora a alfabetização em língua portuguesa não seja tema principal de nenhum número da revista *Inclusão*, ela é mencionada em diferentes gêneros de texto, desde a primeira edição da revista, como se pode observar no Quadro 5.

QUADRO 5. Artigos que mencionam alfabetização

Número	Ano	Título	Seção
1	2005	"Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira"	Enfoque
1	2005	"Relato de vida escolar de Débora Araujo Seabra"	Colóquio
2	2006	"Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania"	Enfoque
4	2007	Entrevista com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre os fundamentos que embasam o Plano Nacional de desenvolvimento da Educação (PDE).	Entrevista
1	2011	"Tecnologia assistiva e formação de professores: construindo um sociedade inclusiva"	Entrevista

*Elaborado pelo autor.*

Como se nota no Quadro 5, alfabetização é mencionada cinco vezes, em quatro números da revista *Inclusão* (1, 2, 4 e 9), com certa sequência nos anos (2005, 2006 e 2007) e no último número (de 2011), uma vez em cada um dos quatro anos e em três seções diferentes

(Enfoque, Colóquio e Entrevista). A alfabetização diluída não é tema central desses textos, apenas há menção à alfabetização neles.

A primeira menção localizada foi no primeiro número da revista, de outubro 2005, que apresenta um artigo, na seção Enfoque, com o título "Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira", de Rosana Glat e Edicléa Mascarenhas Fernandes, ambas da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No artigo, as autoras apresentam que na educação inclusiva há predominantemente dois campos de investigação, sendo o primeiro direcionado para a psicologia da aprendizagem<sup>29</sup> e o segundo do Sociointeracionismo<sup>30</sup>, e, ambos campos, em suas pesquisas " [...] mostram que é possível para pessoas com deficiência construir conhecimento e se apropriar da leitura e da escrita." (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 23.). Neste mesmo número há um relato de vida escolar de Débora Araujo Seabra de Moura, professora da Associação Síndrome de Down do Rio Grande do Norte, no qual relata como foi importante ser aceita para ser alfabetizada até a quarta série.

Já na revista de número 02 de julho de 2006 a alfabetização aparece também nas entrelinhas de um artigo na seção Enfoque. O artigo tem como título: "Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania", escrito por Elizabeth Dias de Sá, professora e psicóloga do Centro de Apoio Pedagógico às pessoas com deficiência de Belo Horizonte. No artigo, a professora menciona a importância do acesso à leitura e escrita. No final do artigo, há um "Questionário sobre Acessibilidade" para que pessoas com deficiência respondam. Entre as perguntas sobre locomoção, ruas públicas e equipamento há uma que indaga: "O que poderia facilitar seu acesso à leitura, a escrita e à informação em geral?". Nota-se que entre 12 perguntas sobre hábitos e ambiente uma é dedicada à necessidade da leitura e escrita no dia a dia.

Posteriormente, na revista de número 04 de junho de 2007, a seção Entrevista apresenta uma entrevista com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre os fundamentos que embasam o Plano Nacional de desenvolvimento da Educação (PDE). Nesta, o Ministro apresenta que: "[...] o PDE torna-se estratégico para assegurar a educação infantil, a aprendizagem, a **alfabetização**, a permanência, a valorização profissional [...]" (HADDAD, 2008 p. 4, grifo meu).

---

<sup>29</sup> Destacam-se: Piaget e Emília Ferreiro, segundo Fernandes (1993).

<sup>30</sup> Destaca-se: a psicologia soviética de Vigotsky, segundo Fernandes (1993).

A última edição publicada da revista, a de número 01 de janeiro/junho de 2011, apresentou um artigo na seção Enfoque, com título: “Tecnologia assistiva e formação de professores: construindo um sociedade inclusiva”, escrito por Débora Conforto que é professora e doutora em educação e pesquisadora do Núcleo de Informática na Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste artigo, a autora apresenta alguns objetos virtuais de aprendizagem para inclusão que são utilizados como ferramentas pedagógicas para auxiliar o professor. Dentre os objetos, há um jogo com título "Viagem Espacial" que tem como objetivo promover a alfabetização. Há outros dois jogos, um sobre matemática e outro interdisciplinar.

As menções em entrelinhas à alfabetização nos textos aponta *a priori* a possibilidade da alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência. Essa afirmação da possibilidade de alfabetizar foi identificada também no início dessa pesquisa, mencionado na Introdução, todavia nas primeiras conversas com professoras alfabetizadoras em busca de fontes foi questionado ao pesquisador se há a possibilidade de alfabetização de pessoas com deficiência, ou seja, ainda está no imaginário comum que as pessoas com deficiência não aprendem a ler e escrever.

A inclusão deve, portanto, suprimir este imaginário sobre a alfabetização. A premissa da inclusão é de que a escola deve adaptar-se, neste sentido, se adaptar para alfabetizar também. Adaptar-se para além dos muros, calçadas e escadas, mas uma adaptação que estimule e desenvolva seus alunos em todas suas habilidades.

### **3.2 Alfabetização e o letramento como tema central**

Foram localizados, em dois números da revista *Inclusão – Revista da Educação Especial*, ambos na seção Enfoque, dois artigos acadêmicos que têm como tema central a alfabetização. O primeiro artigo foi localizado no número três de dezembro de 2006 e o segundo, no número dois de julho/outubro de 2008 da revista, conforme se pode observar no Quadro 6.



Quadro 6 - As publicações que abordam a inclusão

Número	Ano	Título	Seção
3	Dez/2006	A produção textual de alunos com deficiência mental	Enfoque
2	Jul/out 2008	Letramento e inclusão social e escolar	Enfoque

Fonte: Revista *Inclusão*

Como se pode observar no Quadro 6, o número três de Dez/2006 da revista foi publicado em dezembro de 2006 e o 02 foi publicado em julho de 2008.

O artigo intitulado "A produção Textual de alunos com deficiência mental" foi produzido pelas professoras Rita Vieira de Figueiredo e Adriana Limaverde Gomes.

Rita Vieira de Figueiredo é professora Titular na Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Especializados.<sup>31</sup>É graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (1983), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1987), com a dissertação *Os efeitos da dislalia e gagueira na auto-estima da criança escolar*, e Doutora em Psicopedagogia, pela Universidade Laval, Quebec, Canadá (1995), com a tese intitulada *L'émergence du langage écrit chez les enfant présentant une déficienc intellectuelle*. Em 2004 e 2005, a professora realizou estágio Pós-doutoral em Linguagem Escrita e Deficiência Intelectual na Universidade de Barcelona (2005). Desde 2013, Rita Vieira de Figueiredo tem vínculo profissional com o Ministério da Educação, porém já em 2006 coordenava, na Universidade Federal do Ceará, o curso de especialização em Formação de Professores em Atendimento Educacional Especializado, destinado a professores das redes públicas de ensino de todo o país, sendo que esse era realizado em parceria com o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial; e em 1990 e 1991 manteve vínculo com a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte:

Durante este período coordenei as atividades políticas, pedagógicas e administrativas desenvolvidas nos diversos órgãos públicos vinculados à secretaria de educação do estado do Rio Grande do Norte. Neste período, demos início à extinção das classes especiais e inclusão das crianças com deficiência no ensino regular. (FIGUEIREDO, n.d., n.p.)

<sup>31</sup>Todas as informações sobre as professoras foram retiradas da página da Plataforma Lattes do CNPq, no endereço: <http://lattes.cnpq.br/> tanto no currículo Lattes quanto no Diretório dos Grupos de Pesquisa.

A professora Rita Vieira de Figueiredo atua em duas linhas de pesquisa, a saber: Educação Especial / Inclusão Escolar e Linguagem Escrita / Deficiência Intelectual, cujos objetivos são: "Pesquisas no campo da Educação Especial mais voltada para a inclusão escolar, bem como para o desenvolvimento de práticas pedagógicas no contexto das diferenças" e "Pesquisas no campo da Linguagem Escrita, mais especificamente relacionadas à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual".

Em 2006, época da publicação do artigo, a professora coordenava o projeto de pesquisa *A mediação e o conflito cognitivo como elementos constitutivos da produção textual de alunos com e sem deficiência mental*, financiado pelo CNPq, de cuja equipe constava sua então orientanda de doutorado Adriana Limaverde Gomes, co-autora do artigo. Em 2007, passou a compor como membro o corpo editorial da revista *Inclusão*.

Como se pode observar pela formação e atuação profissional da professora Rita Vieira de Figueiredo, como pesquisadora e professora universitária seus interesses de pesquisa sempre estiveram circunscritos a aspectos da alfabetização de crianças com deficiência e o mote da inclusão escolar, seja na dissertação e tese, seja na pesquisa desenvolvida, seja nos cursos ministrados. Também há de se observar sua relação com o Ministério da Educação e, posteriormente à publicação do artigo em análise, com a própria revista *Inclusão*. No texto informado pela autora da Plataforma Lattes (2019):

[...] Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da Educação Especial, da Deficiência Intelectual, da Linguagem Escrita e da Inclusão Escolar. Orienta teses e dissertações nesse campo de conhecimento. Pesquisadora (produtividade em pesquisa) do CNPq e consultora Adhoc da CAPES e do CNPq com produções de livros e artigos no âmbito nacional e internacional. É coordenadora pedagógica do Curso de Formação de Professores em Atendimento Educacional Especializado da UFC. [...]

Ponto importante a se destacar, é que Rita Vieira de Figueiredo é pesquisadora, ou seja, o artigo de sua autoria é resultado dessa ação e não mero texto encomendado ou produzido especialmente para a seção da revista *Inclusão*. Nesse sentido, o caráter acadêmico que essa revista busca dar a si para avaliação de seu *status*, reverbera na atuação de uma de suas autoras em um de seus textos, especialmente sobre o tema alfabetização. Logo, é possível afirmar que, embora a alfabetização seja pouco tematizada na revista, seu enfoque busca ter o caráter de pesquisa acadêmica fundamentada teórica e metodologicamente.

A pesquisadora, ainda, teve outro trabalho publicado na revista *Inclusão*. Entretanto, publicado na quinta edição da revista de 2010, quando ela já compunha o corpo editorial

desse impresso, com o título “Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir”, o texto trata da inclusão como algo colaborativo e social. Nesta, a escola tem papel fundamental e deve se adaptar e organizar para receber o aluno com deficiência, recomenda a autora.

A co-autora do artigo "A produção textual de alunos com deficiência mental" é a também professora Adriana Limaverde Gomes, da Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. É graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UEC) (1983), tem Especialização em Psicomotricidade, pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestrado (2001) e Doutorado (2006) em Educação, ambos pela Universidade Federal do Ceará (UFC). A dissertação de mestrado teve como título *Leitores com Síndrome de Down: a voz que vem do coração*. A tese de doutorado foi sobre a produção textual de alunos com síndrome de down, cujo título foi: *Como subir nas tranças que a bruxa cortou? A produção textual de alunos com e sem Síndrome de Down*.

A professora Adriana Limaverde Gomes atua na linha de pesquisa, a saber: Desenvolvimento Linguagem e Educação da Criança, cujos focos são:

[...] a educação de pessoas com deficiências e a educação da criança pequena. Questões históricas, sociais, culturais e políticas relativas ao processo de desenvolvimento humano em ambientes educativos são partilhadas por esses dois focos. As pesquisas acerca da educação de pessoas com deficiências, desenvolvidas pelo eixo Escola e educação inclusiva, têm se voltado tanto para práticas de intervenção específicas (como as relativas ao processo de aquisição da linguagem escrita por crianças e jovens com deficiência mental ou à aprendizagem de pessoas surdas ou com deficiência visual em contextos educativos), como a promoção da inclusão escolar nas redes regulares de ensino, na perspectiva de que esta inclusão constitui parte do processo de promoção da qualidade da educação oferecida a todos os usuários destes contextos. (PLATAFORMA LATTES, n.p, n.d)

Em 2006, época da publicação do artigo, a professora coordenava o projeto de pesquisa *Processos Cognitivos e Metacognitivos implicados na aquisição da leitura e da escrita em alunos com deficiência mental*, financiado pelo CNPq, de cuja equipe constava sua então orientadora de doutorado Rita Vieira de Figueiredo, autora do artigo, como já mencionado.

Como se pode observar a partir da tese de doutorado *Como subir nas tranças que a bruxa cortou? A produção textual de alunos com e sem Síndrome de Down*, e também pela formação e atuação profissional da professora Adriana Limaverde Gomes, seus interesses de pesquisa são leitura e escrita de pessoas com síndrome de down, compreendendo-se que a alfabetização – como aquisição inicial da leitura e da escrita -, associada às capacidades de letramento são temas de duas de suas pesquisas. Tanto na dissertação, que aborda a leitura, quanto na tese, que aborda a produção textual, a autora dá destaque aos usos sociais dessas

atividades, uma vez que os leitores são assumidos em suas potencialidades humanas – voz do coração – e os escritores são produtores de texto e não meros redatores.

De acordo com Antunes (2003), somente com uma concepção interacionista de linguagem é possível conceber a escrita escolar como produção de texto de um *eu* para um *tu*. Sobre a produção de textos:

[...] elaborar um texto é uma tarefa cujo sucesso não se completa, simplesmente, pela codificação das idéias ou das informações, através de sinais gráficos. Ou seja, produzir um texto não é uma tarefa que implica apenas o ato de escrever. Não começa, portanto, quando tomamos nas mãos papel e lápis. Supõe, ao contrário, várias etapas, interdependentes e inter complementares, que vão desde o planejamento, passando pela escrita propriamente, até o momento posterior da revisão e da escrita. (ANTUNES, 2003, p. 54).

Contudo, há diferença entre produção de texto e redação. Geraldi (2003) considera a produção de textos como ponto de partida e de chegada de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua. É no texto que a língua se revela em sua totalidade, quer enquanto conjunto de formas e de seu reaparecimento, ou enquanto discurso que remete a uma relação intersubjetiva constituída no próprio processo de enunciação marcado pela temporalidade e suas dimensões. Geraldi (2003) estabelece no interior das atividades escolares, uma distinção entre produção de textos e redação. Nesta, produzem-se textos para a escola; naquela produzem-se textos na escola.

Esses interesses pela escrita podem ser observados também na descrição da pesquisadora, de acordo com a Plataforma Lattes (2019):

Coordenadora adjunta do Projeto Interinstitucional Arca - Alfabetização com Recursos abertos de Comunicação Alternativa a partir de métodos e tecnologias inovadores aplicados à crianças com deficiência intelectual e/ou TEA, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Pernambuco, com financiamento da CAPES. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, atuando na Linha de Pesquisa Linguagem, Desenvolvimento e Educação da Criança, orientando dissertações e teses nos eixos de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita, escola e educação inclusiva. Líder do Grupo de Pesquisa LER (Linguagem Escrita Revisitada) - CNPQ. Parecerista Ad-hoc do CNPq e Capes. Pesquisadora na área de Educação atuando principalmente nos seguintes temas: Alfabetização e Letramento, Aquisição e Desenvolvimento da Língua Escrita, Dificuldades de Aprendizagem da leitura e da escrita, Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Práticas Pedagógicas no Contexto das Diferenças, Formação de Professores no Contexto da Sala de Aula Inclusiva, Aprendizagem da Leitura e da Escrita do Aluno com Deficiência Intelectual, Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Ao que tudo indica, o fato de, à época, ser orientanda da professora Rita Vieira habilitou a professora Adriana Limaverde a participar do texto em co-autoria, especialmente trazendo dados de sua tese.

Em acréscimo, as autoras são líderes do Grupo de Pesquisa LER - Linguagem Escrita Revisitada, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ, organizado em três linhas de pesquisa: Aprendizagem e ensino da leitura e da escrita; Escola e educação inclusiva; e, Desenvolvimento, linguagem e educação da criança.

De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ (2019), são as seguintes as repercussões do Grupo:

O grupo realiza pesquisas e faz publicações no campo da leitura e da escrita envolvendo pessoas com deficiência intelectual. Nos últimos cinco anos tem realizado estudos no campo da comunicação digital investigando a inclusão digital dessas pessoas. Resultados dessas pesquisas tem sido utilizados como referência para a formação de professores em redes de ensino de diferentes municípios do país. (DIRETÓRIO..., 2018, p. 02).

O artigo sobre alfabetização dessas autoras, “A produção textual de alunos com deficiência mental”, está localizado a partir da vigésima sexta página da revista *Inclusão* e ocupa cinco páginas, desde o título até as referências do texto; é o primeiro artigo da seção Enfoque do número 3, de 2006, de um total de cinco artigos nesse número. O resumo do artigo apresenta o objetivo, o público-alvo da pesquisa e os resultados<sup>32</sup>.

O presente trabalho analisa o processo de aquisição da linguagem escrita em alunos com deficiência mental. As reflexões e os dados aqui apresentados resultam de diversas pesquisas realizadas pelas autoras e de situações de intervenções escolares envolvendo alunos com deficiência mental. As referidas pesquisas foram desenvolvidas com alunos de diferentes idades, escolaridade e meio sócio-econômico. Os dados revelaram que na tentativa de compreender a escrita, estes alunos percorrem processos semelhantes àqueles identificados em alunos sem deficiência. (FIGUEIREDO; GOMES, 2006, p. 26).

O artigo é organizado em cinco partes intituladas: Introdução, Escrita sem valor representativo, A escrita com valor representativo e Considerações Finais. A Figura 7 apresenta a página inicial do artigo.

---

<sup>32</sup>De acordo com da NBR 6021 (2003) o resumo deve conter, além dos objetivos, público e resultados, a metodologia utilizada, referencial teórico e conclusões.

FIGURA 10 - Página da revista seção Enfoque

26


Enfoque

**Rita Vieira de Figueiredo<sup>1</sup>**  
rvieira@ufc.br

**Adriana L. Limaverde Gomes<sup>2</sup>**  
adriana.limaverde@terra.com.br

A PRODUÇÃO TEXTUAL  
DE ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA MENTAL

---



**Resumo**

O presente trabalho analisa o processo de aquisição da linguagem escrita em alunos com deficiência mental. As reflexões e os dados aqui apresentados resultam de diversas pesquisas realizadas pelas autoras e de situações de intervenções escolares envolvendo alunos com deficiência mental. As referidas pesquisas foram desenvolvidas com alunos de diferentes idades, escolaridade e meio sócio-econômico. Os dados revelaram que na tentativa de compreender a escrita, estes alunos percorrem processos semelhantes aqueles identificados em alunos sem deficiência.

**Palavras-chave:** deficiência mental, linguagem escrita, aprendizagem escolar.

**Abstract**

The present work analyzes the process of acquisition of the language written in pupils with mental retardation. The data and discussions presented here result of diverse researches carried through by the authors and of situations of perlearning to school interventions involving pupils with mental retardation. These researches had been developed with pupils of different chronological ages, instruction levels and socioeconomic levels. The data had disclosed that in the attempt to understand the writing, these pupils cover similar processes to those identified in pupils without mental retardation.

**Keywords:** mental retardation, written language learning, school learning.

<sup>1</sup> Profa. (PDE) - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará

<sup>2</sup> Profa. (PDE) Faculdade F de Educação, Universidade em Educação - Universidade Federal do Ceará

INCLUSÃO - Revista de Educação Especial - Dez/2006

Fonte - Revista Inclusão número 03 de Dezembro de 2006

A Introdução indica que pesquisas atuais comprovam a possibilidade de alfabetização de pessoas com deficiência intelectual em salas comuns de escolarização, inclusas, uma vez que esses estudantes “[...] vivenciam processos cognitivos semelhantes aos das crianças ditas normais, no que se refere ao aprendizado da leitura e da escrita.” (FIGUEIREDO; GOMES, 2006, p. 27). Segundo as autoras, “[...] as crianças com deficiência mental passam por etapas semelhantes àquelas descritas por Ferreiro e Teberosky (1986)”. (FIGUEIREDO; GOMES, 2006, p. 27). Elas se referem às hipóteses pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética propostas por Ferreiro e Teberosky (1986), sendo que estas:

[...] vão desestabilizando a hipótese silábica até que a criança tem coragem suficiente para se comprometer em seu novo processo de construção. O período silábico-alfabético marca a transição entre os esquemas prévios em vias de serem abandonados e os esquemas futuros em vias de serem construídos. Quando a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como unidade, mas que ela é, por

sua vez, reanalisável em elementos menores, ingressa no último passo da compreensão do sistema socialmente estabelecido. E, a partir daí, descobre novos problemas: pelo lado quantitativo, se não basta uma letra por sílaba, também não pode estabelecer nenhuma regularidade duplicando a quantidade de letras por sílaba (já que há sílabas que se escrevem com uma, duas, três ou mais letras); pelo lado qualitativo, enfrentará os problemas ortográficos (a identidade de som não garante a identidade de letras, nem a identidade de letras a de som). (FERREIRO, 1985, p. 13-14).

Ainda na Introdução, as autoras indicam que para avaliar o nível de evolução da escrita dessas crianças, devem-se propor atividades de registros variados.

No tópico “A escrita sem valor representativo”, as autoras, valendo-se de resultados de diversas pesquisas realizadas por elas, indicam que, quando a escrita ainda não é percebida pelos alunos como uma forma de representação, eles estão na primeira etapa da alfabetização, com registros em forma de círculos, sem sinais gráficos convencionais e sem intenção de representação. Nesta etapa, a escrita ainda não tem significado, e isso se manifesta de diferentes maneiras nas atividades de escrita: as crianças dão respostas aleatórias na interação com o universo gráfico e apresentam dificuldades psicomotoras. Diante disso, para as autoras, é preciso utilizar estímulos que levem a criança a compreender o significado da escrita a partir de alfabeto móvel, estimulação psicológica e pedagógica, fonoaudiólogo e fisioterapeuta. Nesse sentido, a escola deve se preparar para incluir o aluno com deficiência e oferecer uma equipe multiprofissional para que o aluno seja estimulado e consiga alcançar a alfabetização, segundo as autoras.

Figueiredo e Gomes (2006) salientam a dificuldade encontrada no início da pesquisa, que fora relatada na Introdução, na qual se constatou que a alfabetização de pessoas com deficiência é realizada através de uma rede, na qual a professora da sala regular de ensino precisa de apoio em sala e extra-sala para que alcance sucesso na alfabetização. Mais uma vez evidencia-se a multidisciplinaridade necessária, defendida pelas autoras, para se alcançar a alfabetização. Incluir, desse ponto de vista, consiste na mudança e adaptação do ambiente, sobretudo, dos profissionais envolvidos.

O artigo salienta a “Escrita com valor significativo” como o momento no qual a consciência de que para ler coisas diferentes deve haver uma diferença objetiva na escrita, sendo esta ideia lastreada em Ferreiro e Teberosky (1996). Para as autoras, este momento converge com as crianças ditas normais, no qual, a aquisição da escrita se dá de forma gradual. As autoras afirmam textualmente que alunos com deficiência podem apresentar apenas dificuldade em ordenar as ideias no texto.

Nas considerações finais do artigo, Figueiredo e Gomes (2006) chamam atenção para o papel da mediação no período de alfabetização de pessoas com deficiência intelectual: com o professor, com seus pares e com o objeto de conhecimento (a língua escrita). Para elas, os alunos que têm relações positivas de interação apresentam melhores resultados na alfabetização. Ademais, indicam a necessidade de trabalho do professor com diferentes gêneros textuais<sup>33</sup> em sala de aula para que os alunos possam se apropriar das diferentes características de cada tipo de texto. O artigo vem ilustrado com duas figuras de textos produzidos por dois alunos com deficiência. Um, com deficiência intelectual e outro com paralisia cerebral. As autoras demonstram como a escrita significativa foi construída, de acordo com a Figura 11.

Figura 11. Escrita com valor significativo

Levi 15 anos 5ª SÉRIE 17/10/07

RAPUZEL estava na gruta e então  
 uma bruxa muito má que ela fazia  
 feitiçaria fazia muita maldade e  
 queria vingança igual sorria e  
 tomava na novela MARIA DO QUIARO  
 aí muito tempo depois ela a  
 bruxa queria matar o conto  
 as tranças de RAPUZEL veio o  
 PRINCEPE chamou RAPUZEL para  
 as tranças e como pode o prin  
 cepe subi nas tranças que a  
 bruxa cortou moraf da historia  
 quem corta as tranças cai  
 de dentro da m

Fim

ass Levi

Fonte - Revista *Inclusão* número 03, de Dezembro de 2006

<sup>33</sup>Marcuschi (2005, p.19) define os gêneros textuais como “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis de qualquer situação comunicativa”.



De acordo com a Figura 11, a escrita da criança apresenta significado e não mais apenas rabiscos.

Para fundamentar essas ideias, Figueiredo e Gomes (2006) utilizam-se da bibliografia organizada no Quadro 6:

Quadro 6. Autores, título e ano referenciados no artigo

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>
<b>ALVES, José Moysés</b>	Estudo sobre a relação entre a extensão falada/escrita de palavras, por crianças portadoras de síndrome de Down	Dissertação	1997
<b>FERREIRO &amp; TEBEROSKY</b>	A psicogênese da língua escrita.	Livro	1986
<b>FIGUEIREDO BONETI, Rita Vieira de</b>	A Representação da escrita pela Criança portadora de deficiência intelectual.	Relatório	1999
<b>FIGUEIREDO BONETI, Rita Vieira de</b>	Le dévelotement du langage e'critthez les enfantspré-sentantunedéficienceintellectuelle: L'interprétation du prenomé.	Artigo	1996
<b>FIGUEIREDO BONETI, Rita Vieira de</b>	A interpretação da escrita pela criança portadora de deficiência intelectual .	Artigo	1999
<b>FIGUEIREDO BONETI, Rita Vieira de</b>	A Representação da escrita pela Criança portadora de deficiência intelectual.	Artigo	1999
<b>GOMES, Adriana Limaverde</b>	Leitores com síndrome de Down: a voz que vem do coração.	Dissertação	2001
<b>MARTINS, Nadia Cesar da Silveira</b>	Crianças com síndrome de Down: relações entre fala, gestos e produção gráfica.	Dissertação	1996
<b>MOURA, Vera.</b>	O Poder do saber: relato e construção de uma experiência em alfabetização.	Livro	1992

Elaborado pelo autor

A partir do que foi organizado no Quadro 6, é possível verificar que dentre nove textos referenciados, cinco são das próprias autoras, haja vista que, como expuseram no resumo do artigo, os dados apresentados foram oriundos de diversas pesquisas realizadas por elas; dois são dissertações de outros autores sobre o tema leitura e escrita voltado para crianças com síndrome de down; e dois são livros sobre alfabetização. Ao que tudo indica, portanto, somente Ferreiro & Teberosky (1986) é referencial teórico no artigo. Tal referencial é adotado direta e indiretamente no texto.

Ferreiro & Teberosky (1986) realizaram pesquisa da perspectiva psicogenética defendida por Piaget (1983)<sup>34</sup>, e defenderam um ponto de vista construtivista de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, no qual se considera o pressuposto de que não existe um conhecimento pronto e acabado sobre o mundo da escrita. Tal pressuposto está tematizado principalmente a partir do livro *A psicogênese da língua escrita*.

O artigo “A produção textual de alunos com deficiência mental (2006)” tem como objetivo analisar o processo de aquisição de linguagem escrita em alunos com deficiência mental, sendo que a pesquisa foi realizada em situação de intervenção escolar com alunos de diferentes idades e realidades socioeconômicas. Os resultados apontam que o processo de aquisição de leitura em alunos com deficiência mental é semelhante ao dos alunos que não têm deficiência. O texto destaca que é possível alfabetizar “[...] alunos com deficiência mental, sobretudo a partir de metodologias tradicionais já utilizadas com alunos ‘ditos’ normais” (FIGUEIREDO; GOMES, 2006, p. 27).

As autoras expõem que as crianças com deficiência podem apresentar diferentes dificuldades para serem alfabetizadas de acordo com o tipo de deficiência. As dificuldades são desde as cognitivas que dificultam na fixação de sílabas e palavras, até as dificuldades motoras que dificultam o aprendizado da escrita, por exemplo. Mediante as dificuldades, para elas, devem ser utilizadas diferentes estratégias, e afora isso, de acordo com as autoras, todos podem atingir a fase “pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética.” (FIGUEIREDO; GOMES, 2006, p. 28).

Para Ferreiro (1985), as primeiras tentativas de escrita das crianças ocorrem de duas formas: ondulação contínua dos traços ou uma série de pequenos círculos ou linhas verticais. A ondulação contínua nos traços dá continuidade na escrita cursiva. Os círculos e riscos verticais descontínuos, por sua vez, correspondem à descontinuidade da escrita de imprensa. Pode-se chamar essa fase como pré-silábica. Depois dessa fase, a criança passa a perceber que há diferenças na escrita das palavras, realizando uma divisão da palavra em termos de suas sílabas, representando a hipótese silábica. Ao entrar nesse estágio, a criança percebe que a escrita está diretamente ligada à linguagem, no que se tange aos sons, bem como propriedades específicas, que são diferentes do objeto a que se refere. Quando supera tal fase, a criança inicia a análise fonética.

Para Ferreiro e Teberosky (1985), na fase silábica, a criança já consegue fazer correspondências entre a grafia e a sílaba, o que possibilita que ela mesma possa ler coisas

---

<sup>34</sup> PIAGET, J. *A Epistemologia genética: sabedoria e ilusão da filosofia*; traduções de Caixeiro, Daer, Piero. 2. ed. São Paulo: Abril, 1983.

diferentes. Nesta etapa, os grafismos são mais definidos, aproximando-se mais das letras, demonstrando um progresso gráfico evidente. Contudo, percebe-se que há a falta de certa quantidade mínima de grafismos para escrever algo e com a hipótese da variedade nos grafismos.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1985), a forma de escrever, típica de transição entre uma concepção silábica e uma alfabética da escrita, é o que será caracterizado como hipótese silábico-alfabética. Este nível é caracterizado por uma escrita mista, com apenas uma letra para algumas sílabas e duas para outra. Quando chega ao nível alfabético, a criança começa a perceber que há um conflito entre a hipótese silábica e a necessidade de quantidade mínima de caracteres, o que torna mais evidente quando se refere à escrita de nomes para os quais a criança não tem uma imagem visual formada. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Quando passa desta fase, a criança finaliza seu processo de alfabetização, ou seja, ela já sabe que as palavras são constituídas por letras e que as mesmas se referem a sons, sendo capaz de relacionar e analisar os fonemas das palavras que pretende escrever.

As hipóteses de leitura formuladas por Ferreiro e Teberosky (1986) "pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética", de acordo com Melo (2007), foram amplamente divulgadas pelo Ministério da Educação por meio do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA, que foi um curso de aprofundamento que objetivava desenvolver as competências profissionais necessárias aos professores que ensinam a ler e a escrever. Nele, foram dois os conteúdos recorrentes: como acontecem os processo de aprendizagem da leitura e da escrita e como organizar a partir desse conhecimento, situações didáticas adequadas às necessidades de aprendizagem dos alunos (PICCOLI, 2012). Houve, também, o Pró- Letramento, desenvolvido em 2006. Este Programa possibilitava a formação continuada de professores, visando à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura, escrita e matemática dos anos iniciais do ensino fundamental (PICCOLI, 2012).

Ao adotarem um referencial teórico do campo da alfabetização para discutir a produção textual de crianças com deficiência intelectual, as autoras asseveram a ideia defendida ao longo de seu texto: de que as crianças com deficiência podem ser alfabetizadas pelo mesmo processo das crianças ditas normais. Entretanto, muito embora Ferreiro & Teberosky (1986) sejam o único aporte teórico direta e indiretamente explicitado no texto, ao considerarem o processo de interação com o adulto e com os pares como condição para o sucesso na alfabetização, e não somente a interação com o objeto de conhecimento, Figueiredo e Gomes (2006) imprimem certo ecletismo teórico a seu texto, considerando ideias do interacionismo discursivo aos princípios da alfabetização.

O segundo artigo localizado na edição de número dois de jul/out de 2008 e intitulado “Letramento e inclusão social e escolar” foi escrito Ana Beatriz Machado de Freitas que é professora do Instituto Federal de Goiânia (IFG), *campus* Goiânia Oeste. A autora é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1996); Especialista em Educação pela Universidade Católica de Goiás (1999) com título do trabalho *A inscrição da intimidade: a palavra aprisionada pelo desvínculo*; Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO) (2005), com a dissertação *Sentidos produzindo sentidos: constituições de deficiência e processos de subjetivação de crianças com necessidades educacionais especiais*; e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015) com título da pesquisa *Corpo e percepções no espectro autista*.

De acordo com a autora, em seu Currículo Lattes:

Atuou como professora de cursos de graduação e especialização, coordenadora de programa de extensão e psicopedagoga em instituições voltadas ao atendimento a pessoas com deficiência múltipla em equipe multiprofissional de saúde e educação. Professora do IFG - Câmpus Goiânia Oeste. Principais temas de pesquisa e atuação: educação especial e inclusiva, autismo, linguagem e desenvolvimento humano (PLATAFORMA LATTES, n.d., n.p))

À época da escrita e publicação do artigo, a autora era Psicopedagoga da APAE de Goiânia.

A professora atua em três linhas de pesquisa, sendo elas: "Grupo de estudos e pesquisa: educação, infância, arte e psicanálise", "Teorias, Ensino e Aprendizagem, Inclusão" e "Diversidade na inter-relação Educação Matemática e Pedagogia". Na época da publicação da revista, em 2008, a professora não coordenava projeto de pesquisa.

Como se pode observar, nos dados destacados em seu currículo, embora a autora não tenha pesquisado diretamente letramento e alfabetização, seus temas de interesse circundam as questões de linguagem e desenvolvimento humano, apontando para uma perspectiva fundamentada na psicanálise.

As questões da linguagem na perspectiva histórico-cultural podem ser indicadas, também, por sua participação como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa: educação, infância, arte e psicanálise, da PUC-Goiás, que relaciona psicologia e psicanálise nos estudos sobre educação, infância e arte.

O artigo “Letramento e Inclusão Social e escolar” está localizado a partir da trigésima página da revista *Inclusão* e ocupa sete páginas. É o terceiro apresentado na seção Enfoque de um total de quatro artigos.

FIGURA 12 - Primeira página do artigo seção Enfoque.

30

ENFOQUE



## Letramento e inclusão social e escolar

Ana Elizabeth Machado de Freitas<sup>1</sup>  
anaelizabethm@uic.br

**Resumo**

O artigo discute a crescente importância social do letramento na atualidade, competência que transcende o ler e o escrever limitados à decodificação. O estrito domínio do código alfabético não tem sido suficiente para a formação de leitores/cidadãos críticos e hábeis quanto ao uso e possibilidades do idioma em contextos diversos. Convém, por outro lado, o alerta para que o ensino não recaia em interpretações teóricas e práticas extremas que supervalorizem o sujeito, sua construtividade e contexto, e negligenciem o conhecimento das propriedades do idioma. Cabem reflexões sobre a possível redefinição do conceito de alfabetização e esclarecimentos quanto aos princípios e práticas socioconstrutivistas. São discutidas, também, implicações da escola e da proposta de letramento no contexto da inclusão, especialmente em relação a alunos com deficiência mental ou sob suspeita de déficit cognitivo devido a dificuldades na aprendizagem do idioma – na leitura e escrita. Comenta-se a necessidade de repensar paradigmas na educação, sobretudo, quanto ao estabelecimento e legitimação de padrões que definem aprendizagem, alfabetização, deficiência e normalidade.

**Palavras-chave:** alfabetização, inclusão, deficiência.

<sup>1</sup>Psicopedagoga da UFPA de Goiânia – Mestre em Psicologia, Área: Desenvolvimento Humano pela Universidade Católica de Goiás - UCG.

18 | Inclusive & Educ. v. 6, n. 2, p. 30-37, jul./out. 2008

Fonte Revista Inclusão v. 6, n 2. jul/out 2008.

O artigo apresenta e discute o conceito de letramento relacionado à inclusão social e escolar, conforme resumo:

O artigo discute a crescente importância social do letramento na atualidade, competência que transcende o ler e o escrever limitados à decodificação. O estrito domínio do código alfabético não tem sido suficiente para a formação de leitores/cidadãos críticos e hábeis quanto ao uso e possibilidades do idioma em contextos diversos. Convém, por outro lado, o alerta para que o ensino não recaia em interpretações teóricas e práticas extremas que supervalorizem o sujeito, sua construtividade e contexto, e negligenciem o conhecimento das propriedades do idioma. Cabem reflexões sobre a possível redefinição do conceito de alfabetização e esclarecimentos quanto aos princípios e práticas socioconstrutivistas. São discutidas, também, implicações da escola e da proposta de letramento no contexto da inclusão, especialmente em relação a alunos com deficiência mental ou sob suspeita de déficit cognitivo devido a dificuldades na aprendizagem do idioma – na leitura e escrita. Comenta-se a necessidade de repensar paradigmas na educação, sobretudo, quanto

ao estabelecimento e legitimação de padrões que definem aprendizagem, alfabetização, deficiência e normalidade.

Para tanto, o artigo é dividido em quatro partes: Introdução, “Inclusão e Letramento na atualidade”, “Escola e letramento: inclusão?” e Considerações Finais.

Na Introdução, a autora apresenta o letramento em relação à alfabetização, na perspectiva de uma das principais pesquisadoras do termo no Brasil, Magda Soares (2000, 2001 e 2005). Ademais a autora apresenta um questionamento: “Como a alfabetização e o letramento podem se constituir, de fato, inclusivos?” (FREITAS, 2008, p. 31).

Na segunda parte do texto “Inclusão e Letramento na contemporaneidade”, a autora apresenta no mundo globalizado, a inclusão e o letramento de forma relacional. Aponta a necessidade de inclusão social e a escola como espaço privilegiado para atender a essa necessidade. Destaca a importância da leitura e da escrita nesse processo, e em especial frisa:

É preciso saber utilizar e usufruir das possibilidades e variabilidades da língua, lendo e escrevendo contextualmente nas diferentes situações em que o uso da palavra se apresenta e se faz necessário, de forma a alcançar compreensão e espírito crítico. A sociedade globalizada requer, cada vez mais, sujeitos capazes de navegar pelos diferentes meios e possibilidades da cultura letrada, exigência que tem suscitado mudanças no ensino e na própria concepção de alfabetização. (FREITAS, 2008, p. 33)

Também salienta que a insuficiência do letramento é um fenômeno mundial, “[...] abrangendo normais e especiais.” (FREITAS, 2008, p. 34).

Na terceira parte “Escola e Letramento: Inclusão?” a autora, partindo do cenário de abertura democrática vivido no Brasil, a partir da década de 1980, destaca o papel que a escola assumiu de “[...] formar cidadãos ativos, críticos, participativos e autônomos para favorecer ações transformadoras da realidade social.” (FREITAS, 2008, p. 34). Esse cenário, segundo a autora, foi positivo para a emergência de teorias construtivistas, representadas por J. Piaget, socioconstrutivistas, por L. S. Vygotski, humanistas, por P. Freire, “[...] pois vinham ao encontro dos anseios do momento político, por valorizarem o sujeito ativo, autor de sua aprendizagem” (FREITAS, 2008, p. 34).

Na perspectiva da autora,

A repercussão dessas teorias refletiu-se na ênfase aos significados e funções sociais da escrita na alfabetização. [...] Nesse sentido, é como se o letramento se sobrepusesse à alfabetização: não importaria tanto saber decodificar a escrita nem grafar segundo normas da gramática; o que valeria é o conhecimento de mundo, o saber para quê a escrita serve, onde e como ela se apresenta. Quanto à leitura, importaria muito mais o processo e o significado atribuído pelo aluno (autor/leitor).

Formam-se, nesse raciocínio, letrados não alfabetizados, o que, ponderamos, é tão excludente quanto o seu inverso (FREITAS, 2008, p. 34).

Para ela, ao contrário,

A escola, como espaço social, deve promover o letramento sem se esquecer de seu papel alfabetizador. A sociedade reclama cidadãos cada vez mais informados e, o que é mais difícil, formados quanto à leitura crítica da palavra e do mundo; parafraseando Paulo Freire, da “palavramundo” (FREIRE, 1992, p.12). A compreensão crítica das informações e, concomitantemente, o domínio técnico do idioma corroboram a formação cidadã e a afirmação de identidades e diferenças, o que comunga com a perspectiva inclusiva. (FREITAS, 2008, p. 34).

Na quarta parte “Considerações finais”, a autora reconhece alfabetização e letramento como processos distintos e salienta que um não pode se diluir no outro, mas sim, cabe à escola, a partir de situações e relações sociais significativas, valorizar os conhecimentos do aluno, sistematizando e ampliando esses conhecimentos no processo de alfabetização e letramento. Para tanto, explicita que o socioconstrutivismo é teoria coerente para articulação dos dois processos.

É provável que à luz do paradigma socioconstrutivista o próprio conceito de alfabetização se redefina como aprendizagem que necessariamente decorra e implique letramento no contexto das diferenças (sociais e lingüísticas), voltada e comprometida com a inclusão - educacional e social. Entendemos que a perspectiva do letramento aponta-se em consonância com a inclusão, uma vez que a compreensão e o uso crítico, criativo e construtivo do idioma favorecem a autonomia, a requisição de direitos, a conquista de possibilidades, e amplia os horizontes da comunicação. (FREITAS, 2008, p. 36).

Por outro lado, alerta:

[...] se um certo nível de letramento for adotado como padrão a ser alcançado em determinado tempo, por determinada faixa etária e ano escolar, incorreremos no mesmo paradigma de excludência: os letrados ganham o status de normalidade, enquanto os demais tornam-se aqueles com necessidades educacionais especiais, no caso, necessitados de um capital ou quantum lingüístico. (FREITAS, 2008, p. 36).

Para fundamentar essas ideias, Freitas (2008) utiliza-se da bibliografia organizada no Quadro 7:

QUADRO 7. Autores, título e ano referenciados no artigo

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>
<b>BALMEIDA, D.B</b>	Do especial ao inclusivo: um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia	Tese	2003
<b>ARAÚJO, U.F.</b>	O déficit cognitivo e a realidade brasileira.	Capítulo de livro	1998
<b>BAKHTIN, M.</b>	Marxismo e filosofia da linguagem.	Livro	1990
<b>BRAGGIO, S. L. B</b>	Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística	Livro	1988
<b>FERREIRO, E. &amp; Teberosky,</b>	Psicogênese da língua escrita.	Livro	1985
<b>FREIRE, P</b>	A importância do ato de ler	Livro	1992
<b>MANTOAN, M. T. E</b>	Caminhos pedagógicos na educação inclusiva	Capítulo de livro	2004
<b>MANTOAN, M. T. E</b>	Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?	Livro	2005
<b>MENEGHETTI, R.G.K.</b>	Diálogo com a religião.	Capítulo de livro	2004
<b>MORIN, E</b>	Epistemologia da complexidade	Capítulo de livro	1996
<b>PADILHA, Amélia</b>	Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental.	Livro	2001
<b>RABELO, A.S. I</b>	Inclusão	Programação de disciplina	2005
<b>SAMPAIO. C.D.S.S.</b>	Ambiente alfabetizador na pré-escola: uma construção	Capítulo de livro	1992
<b>SOARES, M.</b>	Letramento e alfabetização: as muitas facetas.	Artigo de Anais de evento	2005
<b>SOARES, M.</b>	Linguagem e escola: uma perspectiva social.	Livro	1987
<b>SOARES, M.</b>	Letrar é mais que alfabetizar.	Artigo de jornal	2000
	Letramento: um tema em três gêneros	Livro	2001
<b>VEIGA, I.P.A.</b>	Didática: uma retrospectiva histórica	Capítulo de livro	1995
<b>Vygotsky, L. S</b>	A formação social da mente.	Livro	1989

Elaborado pelo autor

A partir do exposto do Quadro 7, é possível verificar que a maioria das referências utilizadas são livros ou capítulos de livros, o que aponta para o caráter “de lugar”



(CERTEAU, 1994) do conhecimento que referenda o artigo em análise. Tal “lugar” corresponde, em síntese, à perspectiva da inclusão entremeada à do letramento, como processo distinto e ao mesmo tempo complementar ao da alfabetização. Para tanto, a autora não explicita ou trata tais processos como diferenciados quando se destinam aos alunos com deficiência, mas sim, lastreada na perspectiva que denomina de socioconstrutivista<sup>35</sup>, faz uma analogia do letramento com a inclusão, no qual a inclusão deve ultrapassar os muros da escola para atingir o social do aluno. Em síntese, a alfabetização em si não basta é preciso atingir o uso social da escrita, que é o letramento. Assim como incluir por incluir não basta, é preciso atingir uma inclusão que ultrapasse para o social e seja funcional para a realidade do aluno (FREITAS, 2008).

Assume, desse modo, os pressupostos de Soares (2004), para quem o termo alfabetização está diretamente ligado ao de letramento. Sendo assim, consiste em letramento a imersão das crianças na cultura escrita, participação em experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material escrito. A respeito da alfabetização e do letramento, Soares (2004, p. 15) destaca que “ [...] é preciso reconhecer a possibilidade e a necessidade de promover a conciliação entre essas duas dimensões da aprendizagem da língua escrita, integrando alfabetização e letramento”, pois são duas práticas que se complementam. Já Emilia Ferreiro (2003, p. 78) considera que um termo (alfabetização) já está embutido em outro (letramento), sendo desnecessário o uso dos dois termos.

Comparando os dois artigos sobre alfabetização publicados em *Inclusão*, pode-se destacar que, ambos são fundamentados teoricamente, uma vez que se tratam de artigos, resultados de pesquisas desenvolvidas pelas autoras. Em relação às aproximações, observa-se que em ambos a inclusão social e escolar é um fenômeno necessário tanto para pessoas com deficiência quanto para as “ditas” normais, e a alfabetização bem sucedida tem parcela significativa no alcance dessa inclusão; também não distinguem a alfabetização de crianças com deficiência de outras crianças, mas sim, ressaltam que toda criança é capaz de aprender.

Por outro lado, ambos se distanciam quanto ao conceito de alfabetização: para Figueiredo e Gomes (2006), os pressupostos construtivistas, sobretudo de Emilia Ferreiro subsidiam a discussão. Logo, alfabetizar e letrar são processos unitários, nos quais um está subsumido no outro; a criança – com ou sem deficiência – tem etapas e níveis a cumprir e sua interação com a língua escrita é crucial para o processo. Freitas (2006), lastreada em

---

<sup>35</sup> Outros estudos designam a perspectiva como interacionista e/ou sociointeracionista.

pressupostos socioconstrutivistas – termo utilizado por ela –, considera alfabetização e letramento como distintos, mas complementares. Aborda exatamente o que os críticos do construtivismo baseados em Emilia Ferreiro recusam: a interação tão somente com a língua escrita, destacando que, se não houver ensino sistemático da leitura e da escrita, o processo de alfabetização de crianças – com ou sem deficiência – redundará em fracasso.

De todo modo, tendo sido a revista *Inclusão* uma iniciativa do governo para promover suas ações de implementação da inclusão os temas abordados na revista podem ser considerados como estratégias para divulgar as temáticas mais momentâneas. Sendo assim, partindo da premissa de que as autoras têm ligação com a equipe editorial e já pesquisam os temas, questiona-se: seriam autorias encomendadas previamente a fim de atender às estratégias governamentais? Até o momento não foram encontradas fontes que comprovem ou não o questionamento, porém é necessário fazê-lo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender quais os sentidos e as representações *Inclusão: Revista da Educação Especial* apresenta a respeito da alfabetização das pessoas com deficiência; analisar todas as seções da revista em relação à alfabetização; conhecer as representações sobre alfabetização.

A partir do conceito de estratégia de Certeau (1994), busquei destacar que a revista está intimamente ligada às políticas públicas sobre inclusão, do cenário brasileiro e mundial, que foram apontadas no capítulo 1. Ademais, nesta linha de raciocínio, a própria revista pode ser considerada como uma materialidade da política pública de inclusão, vista como uma ação governamental para legitimar leis, decretos e portarias.

Ao analisar a revista quanto a sua construção textual e materialidade apresentada no capítulo 2, inferi que a equipe editorial organizou a revista com um tom acadêmico, apresentando entrevistas com personalidades ligadas à educação e com publicação de artigos e resenhas ligados a instituições de ensino superior.

Quanto aos sentidos atribuídos à alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência apresentados no capítulo 3, nota-se o pouco destaque dado à alfabetização, quando se considera a quantidade de publicações sobre o tema. Desta feita, o tema ainda é abordado em nível de possibilidade de se fazer e não de divulgação e incentivo mediante o que foi feito. Considero que ainda é necessário que a prática da alfabetização em língua portuguesa seja realmente partedo ensino comum, respeitando, principalmente as especificidades do aluno, oferecendo uma equipe multidisciplinar que consiga estimular todas as habilidades de cada estudante.

Pode-se verificar que inicialmente a revista aborda a alfabetização nas “entrelinhas”, apresentando positivamente a alfabetização de pessoas com deficiência, como fora mencionado na primeira edição da revista de 2005 sobre a possibilidade de alfabetização.

Em linhas gerais, nas nove edições da *Inclusão*, somente em duas edições foram localizados artigos que tratam da alfabetização diretamente, o que comparado a outros temas, é pouco.

Para Darnton (1986), estudar um impresso não é estudar um assunto específico, mas sim compreender a maneira que um assunto se relaciona com outro, neste sentido, o enfoque é relacional. Sendo assim, compreender a revista *Inclusão* consiste em compreender para além do conteúdo, mas também compreender a construção da ideia.

A revista apresenta como objetivo ampliar os saberes do professor em relação à inclusão. Para o professor isso é muito importante, pois enquanto as políticas públicas eram baseadas na noção de integração não havia a necessidade de mudar que já era feito, porém a partir do momento em que a escola precisou se adaptar, o professor precisou ser orientado em relação às novas práticas de inclusão e Educação Especial. A revista cumpriu, assim, um papel de ampliação/divulgação dos saberes em relação à inclusão na Educação Especial .

Para Certeau (1986), esse papel de ampliação/divulgação pode ser compreendido como “estratégias” adotadas para que se cumpram os interesses. Nesse sentido, nada que fora produzido e apresentado na revista é aleatório. Os temas, os autores, o número de tiragens, as leis que estavam sendo aprovadas, os projetos do governo, e todas outras variáveis foram ordenadas para que um objetivo seja cumprido: a disseminação da inclusão.

Em suma, este trabalho se propôs a verificar o que uma revista oficial do Ministério da Educação, específica de Educação Especial, com o mote da inclusão, abordou a respeito da alfabetização em língua portuguesa de pessoas com deficiência. Outros pesquisadores poderiam identificar outros pontos e fazer outros tipos de relações sobre a temática apresentada. Ademais, outras pesquisas podem ser feitas para ampliar da compreensão de *Inclusão: Revista da Educação Especial* em outros aspectos além da alfabetização.

## REFERENCIAS

ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

AINSCOW. & FERREIRA. Compreendendo a educação inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais. In D. Rodrigues (Ed.). *Perspectivas sobre inclusão: da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora, 2003.

ALVES FILHO, F. *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo*. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6949/2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. 2009

\_\_\_\_\_, Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001. *Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências*. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. Decreto Federal n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

\_\_\_\_\_. MEC/SEES. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007*.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei de n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: Senado Federal, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso 10 Jul 2010.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007*.

\_\_\_\_\_. CNE. CEB. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, *Lei que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: 2001.

\_\_\_\_\_. CNE. CEB. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, *que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial*. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica*. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, p. 36, 1996. Legislação Federal.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP. *Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva*. Brasília, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)*. Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6571*. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação: PNE*, Brasília: INEP, 2014.

\_\_\_\_\_. *Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul: PEED*, MS: SEED, 2015.

BARROS, R. *Políticas para a educação de adultos em Portugal – A governação pluriescalar da “nova educação e formação de adultos” (1996-2006)*. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Educação. Universidade do Minho, Braga

BEZERRA, G. F. A, *Federação Nacional das APAES e seu periódico (1963- 1973): estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em (re)vista*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

BEZERRA, G; FURTADO, C. *A produção sobre História da Educação Especial nos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs): um lugar em construção*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017.

BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. História como memória social. In: \_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BORGES, M. C; PEREIRA, H.O.S.; AQUINO, Orlando Fernández. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. *Revista Iberoamericana de Educação*, 2006.

BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CALONGA, Maurilio Dantielly. *O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história*. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012..

CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (pp.50-85). Petrópolis: Vozes.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão Técnica. Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R.; CAVALLO, G. *História da leitura no mundo ocidental*.v. 1. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. Prefácio. Do livro à leitura. In.:CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas da Leitura*.Tradução: Cristiane Nascimento. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

DA SILVA, M. I. *Por que a terminologia "pessoas com deficiência"?* Sistema Integrado de Vagas e Currículos para Pessoas com Deficiência e Reabilitadas. São Paulo. Disponível em: <<http://www.selursocial.org.br/porque.html>>. Acesso em: 13/01/2017.

DELIBERATO, Débora. *Revista inclusão: muito bem vinda!* Resenha. Rev. bras. educ. espec. vol.11 no.3 Marília Sept./Dec. 2005.

DENS, A. *La Educación Especial una visión sobre la integración y la inclusión desde un enfoque pedagógico*. Tema livre apresentado no II Encontro Mundial de Educación Especial, Havana, Cuba, 1998

DUTRA, Cláudia Pereira. *Inclusão – Revista de educação especial*. Out/2005.

FERNANDES, Sueli. *Fundamentos para educação especial*. 2. ed. ver. e atual. Curitiba. Ibpx. 2011.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, Emilia. *Alfabetização e cultura escrita*. Revista Nova Escola, São Paulo, n. 27, p. 27-30, maio 2003.

FERNANDES, Sueli. *Fundamentos para educação especial*. 2. ed. ver. e atual. Curitiba. Ibpx. 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira; GOMES, Adriana Leite Limaverde. *A produção textual de alunos com deficiência mental*. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 26-30, 2006

FONTANA, J. “A reconstrução. III: a Escola dos Annales”. In: \_\_\_. *História: análise do passado e projeto social*. SP: EDUSC, 1998.

FREIRE, M. Editorail. In: *Perpectivas online*. Volume 4, número 13, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território Plural: a pesquisa em história da educação*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

GERALDI, João Wanderley. *Práticas da Leitura de Textos na Escola*. Revista Leitura: Teoria e Prática, ano 3, nº 3, p. 25-33, Rio Grande do Sul, 1984.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. *Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no contexto da Educação Especial Brasileira*. Revista Inclusão nº 1, 2005. São Paulo: MEC/SEESP.

GONÇALVES, Jordana Cristina Silva; FERREIRA, Helena Maria, *Deficiência Visual: desafios de uma alfabetização em Braille*. Patos de Minas, Unipan, n. 7, v.1, p. 89-101, ago 2010.

GOTTLIEB, J. Mainstreaming: *Fulfilling the promise?* American Journal of Mental Deficiency, v. 86, p. 115-126, 1981.



HADDAD, Fernando. Inclusão. *Revista Educação Especial*. Brasília, v. 4, n. 1, p. 4-6, jan./jun.2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão – 5º ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LUCCA, D. De. PQLP/CAPES. *Instituto Ekonomia Fulidaidai-Slulu: Contexto e Ações do PQLP*. Relatório de atividades. Díli, 2014. LUIZ, K. G. *Investigando fotografias de pessoas com deficiência nas capas da revista sentidos (2008 – 2013)*. Dissertação de Mestrado em Psicologia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LOPES; FABRIS, Elí Henan. *Quando estar junto se transforma-se em uma estratégia perversa de exclusão*. Disponível em: <[www.rizoma.ufsa.br/semint/Oficina%2003.htm.2003](http://www.rizoma.ufsa.br/semint/Oficina%2003.htm.2003)>. Acesso em 14 de outubro de 2005. LOPES, Maura. FABRIS, Eli. (Org.). *Inclusão e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NUNES, F. E. *Integração, inclusão e ressocialização: O QUE A EDUCAÇÃO TEM A DIZER*. III Congresso Nacional de Educação. Natal, 2017.

NÓVOA, A. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.

MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras*. História, Franca, v. 22, n. 1, p. 59-79, 2003.

MOHR, Alana Claudia. *A inclusão escolar nos discursos veiculados pela Educação Especial : estratégia discursiva de subjetivação docente*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós Graduação em Educação. Santa Maria, 2014.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate*. Revista ACOALFAp: acolhendo a alfabetização em países de língua portuguesa. São Paulo, ano 3, n. 5, p.91-114, 2008.

\_\_\_\_\_, Maria do Rosário Longo. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. 2006. Disponível em: [http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/download/encontro\\_paic\\_24\\_2602\\_2010/historias\\_dos\\_metodos\\_de\\_alfabetizacao\\_brasil\\_pdf](http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/download/encontro_paic_24_2602_2010/historias_dos_metodos_de_alfabetizacao_brasil_pdf).

\_\_\_\_\_, Maria do Rosário Longo. *Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?* In: SCHOLZE, Lia; ROSING, Tânia M. K (orgs.). *Teorias e práticas de letramento*. Brasília ; Instituto Nacional Anísio Teixeira, 2007, p. 155-168.

\_\_\_\_\_, M. R. L. *Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação*. História da educação. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

\_\_\_\_\_, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000

\_\_\_\_\_. (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

OLIVEIRA, MisiaraCristina. *Inclusão - revista da Educação Especial* : um instrumento de comunicação pública e de defesa dos direitos humanos. Monografia Comunicação Social

PACCINI, J. V. *Percepção de profissionais da educação: inclusão escolar e capacitação profissional em análise*. Vitória. Anais... 2014. Vitória: UFES, 2014

PICCOLI, Luciana.; CAMINI, Patrícia. *Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade*. Edelbra, 2012. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, 2009. .

SANCHES, I; TEODORO, A. *Inclusão escolar: conceitos, perspectivas e contributos*. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n. 8, p. 63-83, 2008

SANCHES, I., TEODORO, A. *Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos*. Revista Lusófona de Educação, América do Norte, 8, Jul. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação, Jan-Abr, número 025, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, Brasil, pp. 5-17, 2004.

\_\_\_\_\_, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: autêntica, 2001

SEPULVEDA, Denise. *Exclusão social e inclusão perversa: tecendo algumas considerações*. In: Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade, UERJ, 2014.

SOUSA, ANA CLAUDIA et. All. *A inclusão escolar no município de Paranaíba (MS): reflexões sobre a atuação profissional do monitor de alunos com deficiência*. Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano -16 - n. 29 vol. 02 - jul./dez. 2012

VICENTE, BRUNA; BEZERRA, GIOVANI. *Estagiários e professores regentes como agentes do processo de inclusão escolar: problematizando suas (inter)ações*. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 214-244, set./dez. 2017.

## FONTES DOCUMENTAIS CONSULTADAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6949/2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. 2009

\_\_\_\_\_, Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001. *Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências*. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

\_\_\_\_\_. Decreto Federal n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

\_\_\_\_\_. MEC/SEES. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007*.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei de n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: Senado Federal, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso 10 Jul 2010.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007*.

\_\_\_\_\_. CNE. CEB. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, *Lei que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: 2001.

\_\_\_\_\_. CNE. CEB. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, *que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial*. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica*. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da*

*educação nacional*. Brasília, p. 36, 1996. Legislação Federal.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP. *Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva*. Brasília, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)*. Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6571*. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria da Educação Básica. Brasília, Ano 01, n. 02, out./dez. 1989.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 03, n. 03, Edição Especial. 1989.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 05, n. 4, 1989.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria da Educação Básica. Brasília, Ano 03, n. 06, out./dez. 1990

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 03, n. 07, Edição Especial. 1991.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 05, n. 12, 1994.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 05, n. 13, 1994a.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 05, n. 14, 1994b.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 06, n. 15, 1995

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 07, n. 16, 1996.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 07, n. 17, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 07, n. 18, 1997.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 07, n. 19,1997a.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 08, n. 20,1998.

\_\_\_\_\_. *Integração*. Secretaria de Educação Especial . Brasília, Ano 08, Edição

## LEIS, DECRETOS E PORTARIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial* . Brasília : Secretaria de Educação Especial , 2010.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação: PNE*, Brasília: INEP, 2015

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6949/2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. 2009

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6571*. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial* . Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Jomtien, Tailândia. 1990.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca*. Brasília: MEC/SEESP,1994.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC,2001.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. MEC/CNE, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica nº 62. *Orientações aos Sistemas de Ensino sobre o Decreto nº 7.611/2011*. MEC /SECADI /DPEE, 2011.

Entrevista – Secretária De Educação Especial

Claudia Pereira Dutra

Fonte:

MOHR, Alana Claudia. **A inclusão escolar nos discursos veiculados pela Educação Especial** : estratégia discursiva de subjetivação docente. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós Graduação em Educação. Santa Maria, 2014.

ANEXOS A e B:

#### APÊNDICE

No sentido de contribuir para o estudo de caso que hora se apresenta, foram realizadas entrevistas com a Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação, no dia 13 de abril de 2009, por meio escrito, encaminhada por via eletrônica. Foi realizada ainda entrevistas com as professoras pesquisadoras Maria Teresa Eglér Mantoan e Soraia Napoleão Freitas, com a professora do sistema de ensino do município de Florianópolis, Graziela Rios e com a Jornalista Claudia Werneck. As entrevistas foram concedidas por escrito e encaminhadas via eletrônica, na data de 14 de março de 2009.

#### APÊNDICE A – ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PROFESSORA CLAUDIA PEREIRA DUTRA.

##### 1 - Como surgiu a idéia da publicação da Revista Inclusão?

A Revista Inclusão foi idealizada pela equipe da Secretaria de Educação Especial/ SEESP, tendo sua primeira edição publicada em 2005, com uma tiragem de 40.000 exemplares. A linha editorial da Revista traz o enfoque da educação especial fundamentado na concepção de educação inclusiva, tornando-se um órgão de difusão de referenciais e experiências que promovem a reflexão e a transformação das práticas educacionais para efetivar o direito de todos a educação.

A Revista se insere no debate acerca da educação das pessoas com deficiência, da sua segregação e encaminhamento às instituições filantrópicas e às escolas especiais, substitutivas à escolarização. Contrapondo o modelo da integração, que define o acesso do aluno com deficiência ao ensino regular, condicionado a sua capacidade de adaptação ao padrão homogêneo da escola, a Revista passa a disseminar a concepção de educação inclusiva que reconhece e valoriza as diferenças e defende o direito de aprender de acordo com as capacidades de cada um.

Na perspectiva inclusiva, difundida mundialmente, especialmente a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990 e da Declaração de Salamanca, 1994, a efetivação do direito de todos à educação torna-se uma meta



dos países e exige uma transformação na escola. A Revista Inclusão surge neste contexto, de mudança do paradigma educacional destacando a clara distinção entre o modelo da integração e a concepção de educação inclusiva.

## **2 - O porquê da escolha deste nome?**

A escolha do nome Revista Inclusão ocorre em razão do próprio objetivo da política educacional, de construção de sistemas educacionais inclusivos no país. A nova revista substitui a Revista Integração, publicada entre 1988 a 2002, demarcando com o modelo de integração, instituído como política governamental em 1994. A denominação de Revista Inclusão teve o propósito de, por meio de uma publicação institucional, fortalecer os novos referenciais filosóficos, legais, políticos e pedagógicos de defesa do direito de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial nas escolas regulares com os demais colegas.

## **3 - Quais os objetivos propostos para a Revista? Eles tiveram alguma mudança durante as seis edições?**

Em consonância com a mudança de concepção da educação especial, o editorial da Revista Inclusão nº 1 apresenta como objetivos ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos, estimular o intercâmbio de experiências entre os profissionais que atuam na proposta de uma educação inclusiva e no atendimento às necessidades educacionais especiais. Nas suas diferentes edições a Revista manteve estes objetivos, com sessões de artigos, informações e relatos de caráter político pedagógico. Cumpriu o papel de disseminação da educação inclusiva, promoção da reflexão sobre as práticas educacionais e da troca de experiências que possibilitam avanços na organização e oferta da educação especial articulada ao ensino regular. Ressalta-se que, a partir do V.4, Nº1/2008, a Revista Inclusão passa a ter a Indexação LATINDEX, constituindo a Biblioteca Virtual Internacional da Rede de revistas Científicas nas áreas de ciências humanas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, bem como a ampliação da tiragem para atender a crescente demanda dos sistemas de ensino.

## **4 - De todas as edições qual você destacaria? Por quê?**

A Revista Inclusão, no decorrer das suas seis edições, consolidou o caráter de informação e defesa do direito de todos à educação, de garantia das condições de acessibilidade na escola e da formação de gestores e educadores. Destaco a sua quinta edição como um marco histórico, em razão da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008. Com uma tiragem de 100 mil exemplares, essa edição apresenta um colóquio com os integrantes do Grupo de Trabalho responsável pela sua elaboração da nova Política, expressando a linha de formação concebida a partir da perspectiva de desenvolvimento profissional, a definição da educação especial como modalidade complementar em todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino e o referencial do atendimento educacional especializado – AEE, não substitutivo a escolarização.

**5 - Além da defesa da educação inclusiva, você acredita que a Revista cumpre um papel com relação à defesa dos demais direitos humanos das pessoas com deficiência. Por quê?**

O movimento pela inclusão se fundamenta nos direitos humanos, na defesa do direito de todos de participar nos espaços comuns da sociedade, em condições de igualdade com as demais pessoas, sem discriminação. No campo educacional, a concepção de sociedade inclusiva supera a fragmentação entre o sistema de ensino regular e especial, promovendo o desenvolvimento inclusivo das escolas para acolher a todos os alunos e atender às necessidades específicas de cada um.

Ao promover a orientação para o acesso e a participação plena dos alunos com deficiência no ensino regular, a Revista Inclusão se insere no contexto mais amplo da inclusão e cumpre um papel importante na difusão dos demais direitos humanos, como acessibilidade, autonomia e independência. A Revista contrapõe a idéia do despreparo profissional para justificar a exclusão escolar de alunos com deficiência, questiona a falta de investimento nas condições de acessibilidade e inverte a lógica das instituições filantrópicas e suas estruturas segregadas, afirmando a inclusão como um processo a ser alcançado a partir da atuação efetiva dos governos e da sociedade na construção um sistema inclusivo.

**6 - Dentro da Política de Comunicação do MEC, você considera que a revista cumpre que tipo de função?**

O impacto da política da educação inclusiva, em todas as regiões brasileiras, indica a superação dos 13% de matrículas de alunos público alvo da educação especial no ensino regular, em 1998, atingindo o índice de 54% de matrículas no ensino regular, em 2008. Este tema é explorado pelos órgãos de comunicação em decorrência do rompimento com a visão tradicional sobre a deficiência como limitação e da ênfase na transformação da escola para acolher a todos os alunos.

No contexto da comunicação do MEC, a Revista cumpre o papel de promover e ampliar essa discussão nos sistemas de ensino, de orientar os gestores para o grande desafio de eliminar as barreiras, reconhecer e valorizar as diferenças na escola, assegurando os direitos das pessoas com deficiência.

A Revista Inclusão cumpre a função de promover a mudança cultural acerca da acessibilidade e inclusão educacional, possibilitando um outro enfoque das políticas públicas no atendimento às necessidades específicas dos alunos com deficiência e contrapondo a segregação que anula os direitos fundamentais de acesso e participação nos espaços comuns da vida social. A Revista ajuda a construir uma escola inclusiva na perspectiva do trabalho colaborativo, da organização de serviços e recursos, da gestão participativa, da intersectorialidade das políticas públicas e da participação das famílias.

**APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A PESQUISADORA DA UNICAMP- PROFESSORA MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN.**

**1. Qual a sua opinião sobre a Revista Inclusão, editada pela Secretaria de educação Especial do Ministério da Educação?**

**Resposta:** A Revista Inclusão tem um grande mérito, qual seja o de expressar em seus editoriais e artigos o posicionamento oficial de uma Secretaria Nacional de Educação do MEC, no caso, a SEESP, sobre a inclusão escolar. Trata-se do único ou de um dos poucos periódicos dedicados exclusivamente ao assunto e que não se fecha em um único posicionamento a respeito do mesmo. A Revista divulga em

suas páginas a opinião, as contribuições de estudiosos e de praticantes do ensino regular e do ensino especial e constitui um lugar de entrelaçamento de idéias, que propicia a criação de uma rede de novos saberes e provocações sobre o papel da escola comum e da educação especial, nos tempos atuais. É um veículo de comunicação que expande o debate e o entendimento da educação especial em sua perspectiva inclusiva.

**2.Considera que a Revista seja um instrumento de defesa dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência? Por quê?**

**Resposta:** Sendo a inclusão uma garantia do direito de todos à educação, a Revista é mais uma voz em favor do cumprimento desse direito na sua plenitude. A escola para todos inclui necessariamente as pessoas com deficiência e a Revista, ao defender essa escola, está colaborando para que, na educação e na sociedade, o acesso, permanência e participação de pessoas com deficiência sejam incondicionais e indiscriminados. Há poucos meios de comunicação que defendem com a mesma clareza coerência e comprometimento essa idéia, na mídia.

**3.Qual a importância da Revista para o movimento em prol da Educação Inclusiva no Brasil?**

**Resposta:** Considero que a importância da Revista para o movimento em favor da inclusão no Brasil é a de levar para dentro das escolas o conceito de inclusão, sem disfarces, meias verdades, maquiagens, que dificultam os professores, gestores, pais, no momento de avaliar e de colocar em ação uma proposta educacional tão revolucionária. A Revista é mais um espaço do movimento, quando este é fiel ao conceito de inclusão como a condição indisponível de vivermos com autonomia e liberdade entre todos.